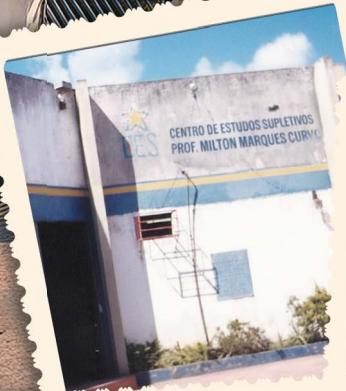


Alessandra de Paula Ferreira

# NOMES E SENTIDOS

a designação nas (re)nomeações do CES  
à EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo”

ESCOLA ESTADUAL DE DESERVOLIMENTO  
INTEGRAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROFESSOR MILTON MARQUES CURVO



Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º  
PROF. MILTON MARQUES CURVO



**UNEMAT**

Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

  
EDITORIA  
UNEMAT

## CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

F383n

Nomes e sentidos: a designação nas (re)nomeações do CES à EEDIEB  
“Prof. Milton Marques Curvo” / Alessandra de Paula Ferreira. –  
Cáceres: Editora UNEMAT, 2025. 147 p.

ISBN: 978-85-7911-307-9 (Documento digital)  
DOI: 10.30681/978-85-7911-307-9

1. Designação. 2. Nomeação. 3. Renomeação. I. Nomes e  
sentidos. II. Alessandra de Paula Ferreira.

CDU 81'1(817.2)

Alessandra de Paula Ferreira

## NOMES E SENTIDOS

a designação nas (re)nomeações do CES  
à EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo”



Cáceres - MT

2025

**CONSELHO EDITORIAL**

Portaria nº 1629/2023

**PRESIDENTE**

Maristela Cury Sarian

**TITULARES****SUPLENTES****Josemir Almeida Barros***Universidade Federal de Rondônia - Unir***Laís Braga Caneppele***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Fábricio Schwanz da Silva***Universidade Federal do Paraná - UFPR***Gustavo Rodrigues Canale***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Greciely Cristina da Costa***Universidade Estadual de Campinas - Unicamp***Edson Pereira Barbosa***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Rodolfo Benedito Zattar da Silva***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Cácia Régia de Paula***Universidade Federal de Jataí - UFJ***Nice Vieira Campos Ferreira***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT***Marcos Antonio de Menezes***Universidade Federal de Jataí - UFJ***Flávio Bezerra Barros***Universidade Federal do Pará - UFPA***Luanna Tomaz de Souza***Universidade Federal do Pará - UFPA***Judite de Azevedo do Carmo***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Maria Aparecida Pereira Pierangeli***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Célia Regina Araújo Soares***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Nilce Maria da Silva***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Rebeca Caitano Moreira***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Jussara de Araújo Gonçalves***Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat***Patrícia Santos de Oliveira***Universidade Federal de Viçosa - UFV*

**PRODUÇÃO EDITORIAL**  
**EDITORIA UNEMAT 2025**

Copyright © Alessandra de Paula Ferreira, 2025.

A reprodução não autorizada desta publicação,  
por qualquer meio, seja total ou parcial,  
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação  
e revisada por pares.

---

**Reitora:** Vera Lucia da Rocha Maquêa

**Vice-reitor:** Alexandre Gonçalves Porto

**Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas:** Maristela Cury Sarian

**Imagens da capa:** Freepik IA

**Capa:** Potira Manoela de Moraes

**Diagramação:** Potira Manoela de Moraes

**Preparação do original:** Mara Lucia Martins Rodrigues

**Revisão:** Rodolfo Morais de Andrade

---

Aos meus filhos, Arthur e Heitor,

Vocês são a minha maior inspiração e a razão  
pela qual cada passo, nesta jornada, tem um  
significado ainda mais especial. Que este  
trabalho seja um reflexo do amor, da dedicação  
e do exemplo que desejo deixar para vocês.

Que nunca falte a curiosidade para aprender,  
a coragem para sonhar e a determinação para  
conquistar seus próprios caminhos.

Com todo o meu amor,

Mamãe

# AGRADECIMENTO

A jornada até aqui não seria possível sem o apoio, o carinho e a presença das pessoas que caminharam ao meu lado.

Aos meus filhos, Arthur e Heitor, razão do meu maior amor e motivação diária, que me ensinam, a cada dia, o verdadeiro sentido da dedicação e da perseverança.

Ao meu marido, Joacir, pelo companheirismo, incentivo e compreensão em cada etapa desta caminhada.

À minha irmã, Carol, pelo apoio incondicional e por estar sempre ao meu lado, compartilhando alegrias e desafios.

À minha mãe, Sandra, e ao meu padrasto, Neury, por acreditarem em mim, me incentivarem e me darem forças nos momentos mais difíceis.

Aos meus colegas de trabalho, que compartilharam comigo essa trajetória, e, em especial, à Edileuza, pelo apoio e pela amizade, e à Márcia, pelas trocas diárias que tornaram esse percurso mais leve e significativo.

A todos vocês,

Minha eterna gratidão.

*As palavras da história são nomes.*  
(Jacques Rancière, 2014, p. 53)

# SUMÁRIO

Prefácio .....	11
Apresentação.....	14
Capítulo 1	
<b>Da criação da unidade escolar e sua nomeação e renomeações ao longo do tempo .....</b>	<b>19</b>
1.1 Da criação da unidade escolar.....	21
1.2 Da primeira nomeação da unidade escolar (CES).....	27
1.3 Das renomeações da unidade escolar ao longo do tempo.....	30
1.4 Da atual nomeação (EEDIEB) .....	52
1.5 Da família Marques Curvo e do Professor Milton Marques Curvo .....	57
Capítulo 2	
<b>Nomear e renomear na perspectiva da Semântica do Acontecimento .....</b>	<b>61</b>
2.1 Das filiações teóricas e conceitos metodológicos da Semântica do Acontecimento .....	63
2.2 Fundamentos da Semântica do Acontecimento: temporalidade, espaço de enunciação e o político .....	70
2.3 Categoria metodológica e descritiva: cena enunciativa .....	78

2.4 Da designação, nomeação e renomeação .....	84
2.4.1 A designação e seu funcionamento .....	86
2.4.2 Nomeação e renomeação .....	89
2.5 Da siglonimização .....	92
2.6 Da articulação, reescrituração e a diferença entre renomeação e reescrituração .....	95
Capítulo 3	
Do funcionamento morfossintático, semântico-enunciativo e o memorável .....	101
3.1 Dos atos de nomeação e renomeação .....	103
3.2 Cena enunciativa dos atos.....	105
3.3 Análise morfossintática do nome .....	108
3.4 O funcionamento semântico-enunciativo .....	112
3.5 O memorável na nomeação da escola .....	128
Considerações finais .....	137
Referências.....	141
Índice remissivo .....	146
Sobre a autora .....	148

# PREFÁCIO

DOI: 10.30681/978-85-7911-307-9.prefacio

Esta obra apresenta a história enunciativa de uma instituição educacional singular, a Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB), localizada na cidade de Cáceres, Mato Grosso. Ao longo do texto, a autora entrelaça os fios que tecem as identificações dessa escola, demonstrando como o processo de nomeação e renomeação da instituição retomam o memorável institucional e coletivo.

A EEDIEB, sigla pela qual também é reconhecida, com suas múltiplas faces ao longo dos anos, transcende o aspecto de espaço de ensino. Ela se constitui como um dos importantes elementos da história local, significando em seu nome as transformações políticas, sociais e culturais que ecoaram em Cáceres e no Brasil. Desde sua criação em 1981, sob o regime da ditadura militar, até a recente renomeação em 2021, a escola testemunhou e participou ativamente da construção da identidade da comunidade cacerense.

Assim, o texto mobiliza análises que se debruçam sobre nove acontecimentos enunciativos que marcaram a trajetória da escola, buscando compreender os sentidos em funcionamento para cada nomeação e renomeação. Para além

da análise documental, ressalta-se a memória do professor *Milton Marques Curvo* em homenagem à sua importante atuação na educação.

A abordagem teórica da Semântica do Acontecimento, proposta por Guimarães, tomada como fundamentação, oferece um arcabouço sólido para analisar, enunciativamente, os textos/atos de nomeação e renomeação como acontecimentos enunciativos. Ao explorar as noções de designação, nomeação e renomeação, busca-se compreender como a linguagem significa e ressignifica os nomes dados à unidade escolar.

A autora organiza a obra em três momentos, que se complementam por oferecer uma visão abrangente da trajetória da EEDIEB. No primeiro momento, traça-se um panorama histórico da escola, desde sua criação até a atualidade, destacando os acontecimentos que marcaram o percurso e a relevância da família *Marques Curvo* para a memória da instituição. No segundo momento, a autora apresenta a base teórica da pesquisa, explorando as noções e procedimentos da Semântica do Acontecimento que, posteriormente, são movimentadas nas análises. Destaca-se o modo como a autora comprehende e define o que é o nome próprio:

Partimos da ideia de que a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Todavia, uma vez feita a nomeação (nome próprio), este acontecimento não o torna definitivo ou estagnado (Ferreira, 2025, p. 55).

Por fim, a autora tece a análise semântico-enunciativa dos nomes da escola, demonstrando o funcionamento dos



sentidos que emergiram a cada nomeação e renomeação. Ao analisar enunciados de Decretos e Leis Estaduais que regeram o funcionamento da escola, observa-se como a linguagem tem um papel essencial para a produção de sentidos e para a significação/ressignificação do memorável institucional e coletivo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para os estudos da Semântica da Enunciação, demonstrando como um nome não é dado aleatoriamente para algo, nem possui sentido fixo, pois sempre há história(s) em que este nome se constitui. Do ponto de vista social, tem-se um apelo à reflexão sobre a relevância histórica e social da EEDIEB para Cáceres e, como futuridade, projeta-se que a comunidade local conheça a sua própria história e se reconheça como pertencente a ela.

Cáceres-MT, março de 2025.

*Profa. Dra. Elisandra Benedita Szubris<sup>1</sup>*

(Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat)

---

1 Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unemat (2022). Realizou Estágio de Pós-Doutorado vinculado ao projeto de pesquisa Fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso: integração, formação de pessoal e consolidação científica e acadêmica na Fronteira Oeste do Brasil – LINFRON (2024). Professora permanente do PPGL/Unemat. Professora Conteudista/Membro da Equipe Multidisciplinar DEAD/Unemat. Membro do Grupo de Pesquisa Significar Mato Grosso e do Núcleo de Pesquisa em Diversidade, Variedade e Línguas Naturais – DIVALIN. Desenvolve pesquisas na área de concentração: Estudos de processos linguísticos. Linha de pesquisa: Estudos de processos de significação com ênfase nos seguintes temas: formação nominal, processo de nominalização e estudo da significação de nomes.



# APRESENTAÇÃO

Esta obra resulta de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). O objetivo do estudo foi analisar os sentidos produzidos e as relações enunciativas que permeiam o processo de nomeação e renomeação de uma unidade escolar.

O livro apresenta um estudo das renomeações da escola hoje identificada como Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, localizada no município de Cáceres/MT. A ideia central foi descobrir os sentidos produzidos e as relações enunciativas envolvidas no processo de nomeação e renomeação da unidade escolar até chegar ao atual nome.

Para isso, buscamos analisar os sentidos produzidos e as relações enunciativas que permeiam o processo de nomeação e renomeação da unidade escolar, considerando a significação do nome que circula no imaginário social, compreendendo como os diferentes atos de nomeação e renomeação participam da construção de sentidos que ultrapassam a mera formalidade administrativa, constituindo uma memória institucional e coletiva que se inscreve na história da escola e de sua comunidade.



É instigante compreender como as práticas de nomeação com nomes próprios em instituições escolares se articulam a questões históricas, políticas e sociais, levando em consideração não apenas as mudanças administrativas e estruturais, mas também a contínua construção e reconstrução de sentidos que preservam a memória histórica da instituição.

A Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB), cuja nomeação traçaremos mais adiante, é uma escola pública da rede estadual de ensino localizada num município fronteiriço com a Bolívia. Devido à sua localização geográfica e desenvolvimento econômico, o município de Cáceres é considerado um polo regional, com destaque para as questões econômicas, políticas e educacionais (Ferreira, 2017).

A escola foi criada no município de Cáceres em 1981, após a divisão do Estado de Mato Grosso, durante o período da ditadura militar, recebendo o nome de Centro de Estudos Supletivos de Cáceres, também conhecido como CES. Desde sua criação e primeira nomeação, a unidade escolar sempre foi referência em toda a região no atendimento a jovens e adultos que, por diferentes circunstâncias, não concluíram seus estudos na idade regular. Inicialmente, atendeu alunos do Ensino Supletivo e, posteriormente, da Educação de Jovens e Adultos, além de alunos imigrantes/estrangeiros, refugiados e, mais recentemente, estudantes em cumprimento de medida restritiva de liberdade (alunos do sistema prisional masculino e feminino e do sistema socioeducativo).



Nos últimos 40 anos, a escola passou por várias alterações em seu nome, sendo a última em 2021, quando foi renomeada Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB). Ao longo dos anos, a escola teve um total de nove atos, englobando os de criação, nomeação e renomeação, que serão detalhados mais adiante. Nossa análise partirá do nome atual da escola, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 792, de 18 de janeiro de 2021, e da sigla criada pelo Decreto Estadual nº 857, de 11 de março de 2021.

Para compreender como a nomeação de uma unidade escolar significa e como esse nome contribui para a construção e preservação da memória histórica e para a formação de identidades institucionais e sociais, organizamos este livro em três capítulos.

O primeiro capítulo trata do histórico de criação da unidade escolar, a trajetória de nomeação e renomeação e os aspectos históricos e sociais que envolveram essas mudanças, bem como a relevância histórica da família Marques Curvo, com destaque ao professor Milton Marques Curvo, figura central da memória da instituição.

O segundo capítulo apresenta a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento. Dela, mobilizamos os conceitos de designação, nomeação e renomeação, assim como o de espaço de enunciação e o de cena enunciativa, conceitos



fundamentais para a constituição de sentidos pelo viés da enunciação.

O terceiro capítulo se configura na análise semântico-enunciativa das nomeações e renomeações da unidade escolar, sustentada em aspectos morfossintáticos e nas relações de articulação e reescrituração. Essa análise é essencial para compreender os sentidos constituídos para os nomes ao longo da trajetória de funcionamento da escola.

A significação do nome da escola se dá a partir de enunciados recortados de Decretos e Leis Estaduais de nomeação e renomeação que permearam a trajetória desta unidade escolar a fim de compreender os sentidos constituídos ao nomear e renomear uma escola após a divisão territorial do Estado durante o regime ditatorial e ao passar pelo processo de redemocratização do país até os dias atuais.

A abordagem da Semântica do Acontecimento proposta por Guimarães (2017) nos permite observar como esses acontecimentos enunciativos e a significação dos nomes se dão para a sociedade cacerense e mato-grossense. Com base nos estudos desse autor, é possível analisar os sentidos que as nomeações produziram e produzem para a escola, considerando que o sentido se dá no acontecimento do dizer. Isso nos permite compreender a cena enunciativa e as figuras enunciativas presentes na relação de linguagem, no acontecimento do dizer.



Para essa compreensão, adotamos, ainda, a noção de memorável desenvolvida por Guimarães (2002) por considerar que os atos de nomeação e renomeação, que precedem a EEDIEB, são enunciados em um acontecimento no qual a nomeação da EEDIEB se apresenta como uma projeção de novos sentidos.

Portanto, por meio desses elementos, buscamos descortinar o sentido da nova e atual nomeação da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica pela perspectiva da Semântica do Acontecimento.

## **Capítulo 1**

---

# **DA CRIAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR E SUA NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÕES AO LONGO DO TEMPO**

A criação da EEDIEB, em Cáceres, Mato Grosso, remonta ao ano de 1981, durante a ditadura militar. Na época, a escola recebeu o nome de Centro de Estudos Supletivos de Cáceres, popularmente conhecido como CES. Em 1983, foi renomeada para Centro de Estudos Supletivos “Prof. Milton Marques Curvo”. Em 1993, renomeada como Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus “Prof. Milton Marques Curvo”. Em 2000, recebeu o nome de Escola Estadual “Prof. Milton Marques Curvo”. Em 2009, Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) “Prof. Milton Marques Curvo”. E, finalmente, em 2021, passou a se chamar Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica (EEDIEB) “Prof. Milton Marques Curvo”.

Desde sua criação, a unidade sempre foi uma escola voltada para a inclusão e a educação de jovens e adultos. No entanto, com o passar dos anos, essa missão se expandiu para atender a um público mais diversificado, incluindo alunos do

ensino fundamental, médio, alunos público-alvo da educação especial (PAEDE), e realizando atendimento domiciliar<sup>2</sup>, bem como atendimento a imigrantes, refugiados e em prisões<sup>3</sup>. A transição para o nome EEDIEB, em 2021, marca essa nova fase, em que o “desenvolvimento integral” se torna um princípio orientador, reforçando o compromisso com uma educação mais abrangente e inclusiva.

Assim, as transformações nas políticas educacionais, ao longo do funcionamento da escola, mobilizaram sentidos<sup>4</sup> para as mudanças de seu nome. No caso da EEDIEB, a designação atual não se limita a indicar uma mudança formal, mas reflete a ressignificação do papel da escola diante da comunidade e das políticas educacionais contemporâneas. O nome que circula no imaginário social participa da construção de sentidos sobre a identidade da instituição, estabelecendo relações entre o passado e o presente. Dessa forma, a nomeação se constitui por uma enunciação que não apenas nomeia, mas também

- 
- 2 O atendimento educacional domiciliar é um serviço pedagógico oferecido pela rede pública estadual de ensino aos estudantes matriculados na Educação Básica que temporariamente não podem frequentar a escola devido a enfermidades ou outras razões de saúde.
  - 3 Expressão utilizada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) para a oferta de atividades educacionais destinadas a pessoas em medida restritiva de liberdade dentro das unidades prisionais, seja em regime fechado, semiaberto ou outras medidas privativas de liberdade. Inclui tanto adultos no sistema prisional quanto adolescentes no sistema socioeducativo.
  - 4 Sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento, comprehende-se que os sentidos da nomeação e renomeação da escola não são estáveis, mas se constituem no próprio acontecimento enunciativo (ver Capítulo 2). Cada alteração no nome da instituição não apenas responde a exigências administrativas, mas também reinscreve a escola em novos espaços de enunciação, nos quais diferentes memoráveis são convocados.



inscreve a escola em um contínuo processo de significação, reafirmando seu compromisso com uma educação plural e inclusiva.

Em tempos de crescente pluralidade e diversidade, a EEDIEB tem o propósito de atender às demandas educacionais da comunidade em que se insere, e a escolha de seu nome reflete essa trajetória, ancorada nas transformações históricas e nas relações enunciativas que a instituem como espaço de construção e ressignificação de sentidos.

## **1.1 DA CRIAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

Em 1977, o estado de Mato Grosso foi dividido em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa divisão trouxe desafios significativos em ambas as novas unidades federativas. Com essa nova divisão geopolítica, o estado de Mato Grosso passou por problemas financeiros, que soube administrar.

A divisão de Mato Grosso em dois estados aconteceu devido a um processo moroso, no qual foram levados em consideração aspectos socioeconômicos, políticos e culturais sob o argumento de que havia uma grande dificuldade de promover o desenvolvimento econômico na região em virtude de sua grande extensão. Nesse cenário, a Lei nº 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) desempenhou um papel crucial na reforma da educação



brasileira, promovendo o ensino supletivo como parte fundamental do sistema educacional.

A Lei nº 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e reformulou o ensino no Brasil, entrou em vigor em substituição à Lei nº 4.024/61. Entre suas inovações, destaca-se a regulamentação do ensino supletivo, um marco no atendimento educacional a jovens e adultos que não concluíram a educação formal na idade apropriada. O acontecimento da lei projetou sentidos futuros e, em 1974, o MEC desenvolveu a criação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), substituindo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O ensino supletivo, nesse contexto, tinha como objetivo ofertar a possibilidade de ter acesso à escolaridade a todos aqueles que não a tiveram na infância e adolescência, considerados os ciclos da vida mais adequados à aprendizagem. A suplência podia se dar por meio de cursos acelerados, ensino individualizado, educação a distância via rádio, TV ou material impresso e exames de verificação de conhecimentos.

De acordo com Santos (2013), o objetivo da supletivação, com base na Lei nº 5.692/71, constituía-se sob uma perspectiva bastante positiva, uma vez que:

Nesse mesmo período, em que o sistema educacional foi direcionado a atender às necessidades de recursos humanos demandados do modelo econômico concentrador de riquezas, a escolarização básica para jovens e adultos adquiriu institucionalidade nas redes de ensino através da



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que reformulou o ensino de 1<sup>a</sup> e 2<sup>o</sup> graus e regulamentou o ensino supletivo, conferindo à suplência a função de repor escolaridade não realizada na infância e adolescência, então consideradas os ciclos da vida mais adequados à aprendizagem. A suplência podia se dar por meio de cursos acelerados, ensino individualizado, educação a distância via rádio, TV ou material impresso e exames de verificação de conhecimentos (Santos, 2013, p. 32).

Antes da promulgação da Lei nº 5.692/71, a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil era caracterizada por iniciativas fragmentadas e de alcance limitado, sem uma estrutura formalizada ou integração sistêmica no contexto educacional do país. Ela se desenvolvia de forma mais voltada para o combate ao analfabetismo do que para a oferta de uma educação completa e integrada.

Santos (2013) ressalta que as políticas educacionais voltadas à população jovem, adulta e idosa, no contexto da ditadura militar, “devem ser compreendidas a partir de uma visão mais ampla”, observando que a vinculação dessas ações a uma concepção tecnicista resultou em críticas contundentes, especialmente por parte de Paulo Freire. Segundo a autora, essa orientação tecnicista limitava a EJA a um caráter instrumental e funcional, em detrimento de uma perspectiva emancipatória e crítica, o que motivou oposição e resistência de educadores comprometidos com práticas transformadoras (Santos, 2013).

Nessa direção, para a autora, a doutrina do ensino supletivo



não congregou as ricas contribuições dos movimentos de educação e cultura popular do início da década de 1960 herdadas à educação de adultos e difundidas por todo mundo através das obras de Paulo Freire, ao contrário buscou atender os modelos modernizadores da educação à distância e aderiu aos princípios de uma educação tecnicista, da individualização da aprendizagem e instrução programadas que fora fundamentalmente difundida através de programas e projetos com a oferta de cursos e exames supletivos atribuídos na LDBEN nº 5692/71, das modalidades de educação não presencial ofertadas em Centros de Estudos Supletivos (CES) e telecursos, que juntamente aos cursos presenciais configuraram um sistema de ensino em expansão, como pode ter sido percebido em alguns estados brasileiros, através do Movimento de Alfabetização (Mova) e o Serviço de Educação de Jovens e adultos (Seja) (Santos, 2013, p. 32-33).

Em atendimento à LDB vigente, entre os anos de 1974 e 1992, foram criados, na capital e em vários polos regionais, os Centros de Estudos Supletivos, Núcleos de Educação Permanente e Núcleos de Estudos Supletivos, todos objetivando oferecer a Educação Supletiva para Jovens e Adultos. Santos (2013) registra que durante a década de 1980, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, por meio do Conselho Estadual de Educação, implementou vinte Núcleos de Ensino Supletivo (NES). Esses núcleos funcionavam em salas ociosas de escolas regulares ou em outras instituições, como creches, e eram subordinados aos Centros de Estudos Supletivos (CES). Os NES não possuíam autonomia administrativa ou pedagógica, recebendo o acompanhamento técnico e pedagógico diretamente dos CES.



Cria-se assim, por meio do Decreto nº 1.102, de 08 de junho de 1981, o Centro de Estudos Supletivos de Cáceres, implantado na cidade de Cáceres:

**DECRETO N° 1102 DE 08 DE JUNHO DE 1981**

Cria e denomina o Centro de Estudos Supletivos em Cáceres e dá outras novidades

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Ensino Supletivo representa uma das metas prioritárias do Governo Federal, objetivando atingir a clientela adolescente e adulto que não receberam a escolarização regular na faixa etária normal, prevista para o Ensino de 1º e 2º Graus;

Considerando que cabe ao Estado a obrigatoriedade de implantação progressivo do Ensino Supletivo, buscando atingir os princípios da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971;

Considerando ainda que o Ensino Supletivo é também uma meta do Governo Estadual que através das várias modalidades de ensino trata benefícios individuais à clientela deste tipo de ensino e socioeconômico para o Estado

DECRETA:

**Art. 1º - Fica criado o Centro de Estudos Supletivos na cidade de Cáceres.**

Art. 2º - O CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS oferecerá cursos e exames nas modalidades de ensino das quatro funções, atendendo sempre as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Educação de Cultura.

Art. 3º - As despesas decorrentes da implantação e execução do presente Decreto, correrão à conta



dos recursos orçamentários se necessário.

Art. 4º - Compete à Secretaria de Educação e Cultura, através da Coordenadoria de Ensino Supletivo – COESU, regulamentar e estruturar no prazo de 90 (noventa) dias, o Centro de Estudos Supletivos, de que trata este Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá/MT, 08 de Junho de 1981. 160º da Independência e 93º da República.

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS

HELIO PALMA DE ARRUDA (Mato Grosso, 1981a, p. 8, grifo nosso).

A criação do Centro de Estudos Supletivos de Cáceres (CES), em 1981, marcou significativamente a história da educação de adultos na região. Essa abordagem singular (cursos acelerados, educação a distância via rádio, TV ou material impresso e exames de verificação) permitiu que jovens e adultos de toda a região tivessem a oportunidade de concluir seus estudos, ampliando o acesso à escolarização e contribuindo de forma decisiva para a expansão da escolarização na região.

Assim, a criação do CES de Cáceres teve um impacto positivo na comunidade local e regional, pois contribuiu para o desenvolvimento econômico e social da região, ao proporcionar oportunidades de educação e qualificação profissional a adultos e jovens.



## 1.2 DA PRIMEIRA NOMEAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR (CES)

Após a criação da unidade escolar na cidade de Cáceres, em 08/06/1981, o decreto que a instituiu foi rerratificado pelo Decreto nº 1.147 de 29 de junho de 1981, denominando-a de “Centro de Estudos Supletivos de Cáceres”:

DECRETO Nº 1.147 DE 29 DE JUNHO DE 1981

Re-ratifica o Decreto nº 1.102, de 08.06.81, publicado no DO de 09.06.81

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 42 – Item III, da Constituição Estadual e,

Considerando que o Ensino Supletivo representa uma das metas prioritárias do Governo Federal, objetivando atingir a clientela adolescente e adulta que não receberam a escolarização regular na faixa etária normal, prevista para o Ensino de 1º e 2º Grau;

Considerando que cabe ao Estado a obrigatoriedade da implantação progressiva do Ensino Supletivo, buscando atingir os princípios da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971;

Considerando, ainda, que o Ensino Supletivo é também uma meta do Governo Estadual que através das várias modalidades de ensino trará benefícios individuais à clientela e socioeconômicos ao Estado.

DECRETA:

**Artigo 1º - Fica criado e denominado o CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE CÁCERES.**



Artigo 2º - O CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE CÁCERES oferecerá cursos e exames nas modalidades de ensino das quatro funções, atendendo sempre as prioridades estabelecidas pela Secretaria de Educação de Cultura.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da implantação e execução do presente DECRETO, correrão à conta dos recursos orçamentários se necessário.

Artigo 4º - Compete à Secretaria de Educação e Cultura, através da Coordenadoria de Ensino Supletivo – CESU, regulamentar e estruturar no prazo de 90 (noventa) dias, o CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE CÁCERES, de que trata este Decreto.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, no CPA, em Cuiabá, 29 de Junho de 1.981. 160º da Independência e 93º da República.

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS

HELIO PALMA DE ARRUDA (Mato Grosso, 1981b, p. 6-7, grifo nosso).

Essa rerratificação foi essencial, pois o decreto original de criação (Decreto nº 1.102/1981), em que pese no preâmbulo estabelecer que estava criando e denominando a unidade escolar, em seus artigos, não fez qualquer menção ao nome oficial da unidade escolar. Assim, o Decreto nº 1.147/1981 formalizou a primeira nomeação da instituição, consolidando-a como Centro de Estudos Supletivos de Cáceres (CES).



Dessa forma, temos a primeira nomeação da unidade escolar, denominada CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE CÁCERES, que se tornou referência em toda a região, centralizando o atendimento aos jovens e adultos na época do ensino supletivo em Cáceres. Sua primeira diretora foi a Prof.<sup>a</sup> Emília Darci de Souza Cuyabano.

Com a sua implantação, a escola passou a funcionar num prédio locado no centro da cidade, composto de 11 salas de aula além das dependências administrativas, o qual abrigou a escola até o ano de 1992. A escola oferecia, sob a forma de atendimento modular, o ensino fundamental e médio não profissionalizante, o ensino médio profissionalizante (Logos II - Magistério) e os cursos supletivos a distância certificados pela mantenedora SEDUC/MT (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso). Isso incluía exames supletivos profissionalizantes e não profissionalizantes, conhecidos como Provão ou Exame de Massa.

O CES teve um impacto positivo na educação de adultos na região. O número de alunos atendidos pelo centro cresceu significativamente ao longo dos anos, e o nível de escolaridade alcançado pelos alunos também aumentou, o que contribuiu para a inclusão social e econômica da população adulta na região.

## **1.3 DAS RENOMEAÇÕES DA UNIDADE**



## ESCOLAR AO LONGO DO TEMPO

Em 1983, a unidade escolar, que até então se denominava Centro de Estudos Supletivos de Cáceres, teve sua primeira renomeação, passando a ser denominada Centro de Estudos Supletivos Prof. Milton Marques Curvo. Essa mudança foi formalizada pela Lei nº 4.575, de 13 de julho de 1983.

### LEI N° 4575 DE 13 DE JULHO DE 1983

Dá denominação de “Prof. Milton Marques Curvo” ao Centro de Estudos Supletivos, da cidade de Cáceres/MT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

**Artigo 1º - Denomina-se Centro de Estudos Supletivos “Prof. Nilton Marques Curvo”, a unidade de ensino supletivo que se encontra em funcionamento na cidade de Cáceres.<sup>5</sup>**

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 13 de Julho de 1983. 162º da Independência e 95º da República.

JULIO JOSÉ DE CAMPOS  
DJALMA METELLO DUARTE CALDAS  
ELZIO VIRGILIO ALVES CORREA  
JOÃO MONTEIRO DA COSTA FILHO  
JURACY MARIA DE CAMPOS BRAGA

---

5 O nome correto é *Milton Marques Curvo*. O erro de digitação foi cometido no documento original da época.

OSCAR DA COSTA RIBEIRO  
ANTONIO EUGENIO BELLUCA  
MARIA DAS GRAÇAS PINTO ALENCAR  
GABRIEL NOVIS NEVES  
PAULO PITALIGA COSTA E SILVA  
RICARDO JOSE SANTA CECILIA CORREA  
OTAIR DA CRUZ BANDEIRA  
CESAR AUGUSTO TEIXEIRA GOUVEA  
OSCAR CESAR RIBEIRO TRAVASSOS  
SEBASTIAO ALVES JUNIOR  
GUSTAVO ARRUDA  
HAROLDO DE ARRUDA  
PAULO ROBERTO GALHARDO GUIMARÃES  
NELSON MANOEL RODRIGUES DAS NEVES REU  
(Mato Grosso, 1983, p. 1, grifo nosso).

Na publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, que oficializa e publiciza a denominação da escola, houve um erro de digitação. O texto do artigo 1º menciona o nome “Prof. Nilton Marques Curvo”, quando, na verdade, o nome correto é “Milton Marques Curvo”, conforme destacado no preâmbulo da Lei. Esse equívoco de digitação foi cometido na época, mas não altera o fato de que a homenagem se refere ao professor Milton Marques Curvo, um educador de grande relevância para a comunidade cacerense, inserindo no nome da instituição a memória e o legado desse educador.

A inclusão do nome “Prof. Milton Marques Curvo” na nova denominação da escola, diferentemente das demais renomeações, foi uma iniciativa da Assembleia Legislativa, marcando a abrangência regional da instituição. O CES atendia não apenas jovens e adultos da cidade de Cáceres, mas também de municípios vizinhos, consolidando-se como uma referência educacional na região.



Ao analisar o preâmbulo da Lei nº 4.575/1983, “Dá denominação de Prof. Milton Marques Curvo ao Centro de Estudos Supletivos, da cidade de Cáceres.”, a vírgula colocada logo após o nome “Centro de Estudos Supletivos” enfatiza que Cáceres era a localização da unidade escolar, sem restringir sua atuação geográfica. Esse detalhe reafirma a necessidade de adequar a abrangência da instituição, reforçando sua relevância como centro educacional regional.

Já com o fim da ditadura militar, sob a égide da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a Câmara Municipal de Cáceres, por meio da Lei nº 1.046, de 14 de abril de 1989, autorizou o Prefeito à época a adquirir, por compra da Sra. Maria Luiza Mac Leoud, um terreno para a construção do Centro de Estudos Supletivos “Prof. Milton Marques Curvo”.

#### LEI Nº 1.046 DE 14 DE ABRIL DE 1989

Autoriza o Prefeito Municipal de Cáceres, a adquirir, por compra, da Sra. Maria Luiza Mac Leoud, uma área de terreno urbano de sua propriedade, para posterior doação ao Centro de Estudos Supletivos “PROFº [sic] MILTON MARQUES CURVO”, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Câmara Municipal de Cáceres aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal de Cáceres autorizado a adquirir, por compra, mediante escritura pública de compra e venda, um lote



de terreno urbano situado na Rua Comandante Balduíno, esquina com a Rua Bolívia, nesta cidade, [...].

[...]

Artigo 3º - O terreno a que se refere o artigo 1º desta Lei, será objeto de posterior doação ao Centro de Estudos Supletivos “PROFº [sic] MILTON MARQUES CURVO”, com a finalidade de construção de sua sede própria.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 1984.

VALTER FERNANDES FIDELIS

PREFEITO MUNICIPAL (Cáceres, 1989).

Com a aquisição do imóvel para a construção da unidade escolar em maio de 1992, quando ainda era denominada Centro de Estudos Supletivos “Prof. Milton Marques Curvo”, inaugurou-se o novo prédio, que abriga a escola até os dias atuais, conforme a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Placa da inauguração do prédio da escola



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Durante esse período, a unidade escolar foi identificada pela sigla CES, estabelecendo uma identidade que permanece como referência para a comunidade escolar e a sociedade cacerense e região.

Figura 2 – Imagem da fachada do novo prédio com a denominação Centro de Estudos Supletivos Prof. Milton Marques Curvo



Fonte: Acervo pessoal da prof.<sup>a</sup> Maria Domingas de Souza (2012).

A Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso, no período de 1990 a 2000, é descrito por Boff (2002 *apud* Santos, 2013, p. 50) da seguinte forma:

Segundo Boff (2002), entre as décadas de 1990 a 2000, dentro das políticas públicas de educação de jovens e adultos em Mato Grosso na modalidade de cursos supletivos, o Estado fez várias tentativas de buscar sanar a dívida social com os que foram excluídos do sistema escolar num sociedade desigual e, ainda, buscando minimizar o índice de analfabetismo, o Estado implanta em 1997 o Projeto Alfa; além desse e com a extinção do Logos II, pensado com o objetivo de qualificar professores

leigos para o magistério nas séries iniciais, foram desenvolvidos diversos projetos na região Oeste de Mato Grosso, o Homem x Natureza; no baixo Araguaia, o Projeto Inajá I e II e o Projeto Geração inicialmente com a nomenclatura de Futuro Certo/Geração.

Uma década após a primeira renomeação e com a redemocratização política do país, a unidade escolar passa por sua segunda renomeação, sendo então denominada Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus “Prof. Milton Marques Curvo”, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.370, de 13 de agosto de 1993.

Apesar do erro de tipografia, no qual o Decreto 1.147/81 foi erroneamente grafado como 1174/81, vale ressaltar que tal equívoco não invalidou a renomeação da unidade escolar.

Nessa época, visando a atender ao maior número de pessoas em menor espaço de tempo, a escola passou a ofertar aulas presenciais de forma semestral (suplência). Isso tinha como objetivo atender alunos jovens e adultos sem escolarização ou em defasagem de idade/série, proporcionando a oportunidade para aqueles que desejavam iniciar ou prosseguir com sua escolaridade de acordo com suas responsabilidades.

Também, como consequência da Lei Complementar nº 050/1998, que dispõe sobre a carreira dos profissionais da educação básica de Mato Grosso, a escola foi autorizada, pela Resolução nº 069/99-CEE/MT, de 03 de setembro de 1999, em caráter excepcional, de 01/01/99 a 31/12/2002, a executar o Projeto de Escolarização de Profissionais Não Docentes da



Educação, Curso Supletivo, Ensino Fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, possibilitando que vários servidores da educação de Cáceres e região pudessem concluir o ensino fundamental.

Figura 3 – Imagem da fachada do prédio com a denominação Centro de Estudos de Suplência de 1º e 2º Graus “Prof. Milton Marques Curvo”



Fonte: Acervo pessoal da prof.<sup>a</sup> Maria Domingas de Souza (2012).

Em adequação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e amparado no Decreto Estadual nº 1.826, de 11 de outubro de 2000, houve outra alteração na denominação de todas as unidades escolares estaduais de Mato Grosso. Isso resultou na uniformização da denominação para Escola Estadual, inclusive a Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus Prof. Milton

Marques Curvo, que passou a se chamar Escola Estadual “Prof. Milton Marques Curvo”.

DECRETO N° 1.826, DE 11 DE OUTUBRO DE 2000.

Dispõe sobre a denominação das instituições de Educação Básica, criadas e mantidas pelo Poder Público estadual, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual e considerando a necessidade de adequar a nomenclatura da instituição [sic] de Educação Básica às disposições da Lei nº 9.394/96, Lei Complementar nº 49/98 e da Resolução nº 150/99-CEE/MT,

DECRETA:

**Art. 1º As instituições de Educação Básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual, passam a denominar-se apenas ESCOLA ESTADUAL, acrescentando-se em seguida o nome da pessoa, sigla, datas memoráveis ou nome de fantasia, já constante no seu respectivo ato de criação.**

Art. 2º No caso de criação de novas instituições de Educação Básica, cuja denominação recaia sobre o nome de pessoa, aplica-se o que estabelece o artigo 1º da Lei Estadual nº 5.435, de 21 de março de 1989.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 11 de outubro de 2000, 179º da Independência e 112º da República.



DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

CARLOS CARLÃO PEREIRA DO NASCIMENTO

Secretário de Estado de Educação (Mato Grosso, 2000, p. 1, grifo nosso).

Consubstanciado no Decreto que uniformizou o nome das escolas estaduais em Mato Grosso, o Conselho Estadual de Educação publicou a Resolução nº 118/2001-CEE/MT. Isso exigiu que todas as unidades escolares, independentemente da modalidade ofertada, solicitassem as respectivas autorizações e reconhecimento para oferta, abrangendo assim, inclusive, as unidades que ofertavam exclusivamente a Educação de Jovens e Adultos.

Foi nessa época que vários Estados passaram a adotar a expressão “Educação de Jovens e Adultos”, em consonância com o Parecer nº 11/2000/CNE, de autoria do relator Jamil Cury. Esse parecer destacou a inconveniência do uso do termo “ensino supletivo”, argumentando que ele carregava uma conotação compensatória, limitada à ideia de remediar lacunas educacionais não preenchidas durante a infância e a adolescência. Em substituição, o parecer propôs a adoção da perspectiva de educação continuada ao longo da vida, uma abordagem mais ampla e inclusiva que valoriza o aprendizado permanente. Essa concepção respeita as trajetórias educacionais diversificadas dos sujeitos e reafirma o direito à educação como um processo contínuo, acessível a



todas as pessoas, independentemente da idade ou da etapa de escolarização.

Como bem enfatizado por Soares (2002) não se trata apenas de uma substituição de nomenclaturas, tendo em vista que o termo educação, em seu sentido mais amplo, vai além de mera instrução, por compreender os diversos processos de formação.

[...]

Nesse contexto de reformações e implantação de Programas para a EJA, a Resolução nº 198/CEE/MT/2000 define normas para oferta da modalidade educacional à distância na EJA, Ensino Médio e Educação Profissional em nível técnico (Santos, 2013, p. 51).

Assim, as escolas estaduais deixaram de ofertar o ensino supletivo, passando a adotar a modalidade denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA). A distinção entre a EJA e o supletivo está tanto em seus objetivos quanto em suas abordagens pedagógicas. O supletivo surgiu como uma alternativa para acelerar a escolarização, centrado na realização de exames que certificam a conclusão de etapas educacionais em menor tempo. Já a EJA se consolidou como uma modalidade ampla e inclusiva, destinada a atender as especificidades de indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade regular. Diferentemente do supletivo, a EJA valoriza uma proposta pedagógica contextualizada, que reconhece as experiências de vida e trabalho dos estudantes, além de promover uma formação integral e articulada com os princípios da educação como direito humano.



A inclusão no ensino da EJA na Escola Estadual “Prof. Milton Marques Curvo” ocorreu tanto pela ampliação do acesso quanto pela adoção de práticas pedagógicas que reconhecem as especificidades dos estudantes. Diferentemente do ensino supletivo, que priorizava a aceleração da escolarização por meio de certificação, a EJA se consolidou como uma modalidade voltada à educação continuada, respeitando as trajetórias de vida e de trabalho dos alunos. Isso significa que a escola deixou de ser apenas um espaço de regularização da escolarização e passou a atuar como um ambiente de formação integral, por considerar as experiências prévias e os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo da vida.

A escola se tornou mais inclusiva na prática ao expandir a oferta da EJA para diferentes públicos e atender não apenas jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade regular, mas também imigrantes, refugiados, pessoas privadas de liberdade e estudantes público-alvo da educação especial (PAEDE). Além disso, para viabilizar o acesso, a escola implementou salas anexas em diversos bairros da cidade. Tal gesto contribuiu para a redução de barreiras geográficas, o que possibilitou a um maior número de pessoas estudar sem precisar se deslocar por grandes distâncias. Essa descentralização do ensino contribuiu para a democratização do acesso à educação e para o fortalecimento da garantia de que mais indivíduos pudessem dar continuidade à sua trajetória escolar.



O atendimento diferenciado da escola também se evidencia na flexibilização curricular e na reorganização metodológica para melhor atender às necessidades dos alunos da EJA. Esse modelo considera o tempo de aprendizagem dos estudantes, as realidades socioeconômicas e a disponibilidade para os estudos, o que, na maioria das vezes, exige que o indivíduo saiba conciliar trabalho e educação. Outro aspecto que caracteriza esse atendimento é a utilização de metodologias ativas, que valorizam o conhecimento prévio dos estudantes e promovem um ensino contextualizado, mais próximo de suas vivências.

Além disso, a escola manteve a oferta de exames de certificação para aqueles que desejavam concluir seus estudos de forma mais rápida. Ao manter a oferta de exames de certificação, garantia-se que diferentes perfis de estudantes pudessem escolher a melhor forma de retomada da escolarização. Dessa forma, a unidade escolar não apenas ampliou seu alcance, mas também consolidou um modelo que respeita a diversidade e assegura o direito à educação para todos e reforçou o papel da EJA como um instrumento de inclusão e transformação social.

Assim, as escolas estaduais deixaram de ser identificadas exclusivamente como instituições para suplência e passaram a se organizar como espaços voltados ao ensino inclusivo, gesto que priorizou tanto a educação básica quanto as especificidades dos estudantes da EJA. Essa reorganização curricular e administrativa propôs uma perspectiva que garantia



a educação acessível a todos e o respeito às trajetórias e necessidades de cada indivíduo.

Com essa hegemonização na nomenclatura das escolas estaduais, ampliou-se a oferta da Educação de Jovens e Adultos no município de Cáceres e oportunizou-se que outras unidades escolares também ofertassem a modalidade EJA, tais como a Escola Estadual Dom Galibert, a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes<sup>6</sup>, entre outras. Mas, diferentemente das demais escolas, que passaram a ofertar também a EJA, a EE “Prof. Milton Marques Curvo” continuou com um modelo de atendimento diferenciado aos alunos.

A partir de 2000 surgiram várias as tentativas de criar um modelo para atender a demanda de jovens e adultos no Estado de Mato Grosso, em 2005 foi implantado em algumas escolas que atendem a EJA no estado o Projeto Beijar, através da Resolução nº 222/06-CEE-MT. Na fase inicial do projeto esse era ofertado com materiais do Telecurso 2000 e, posteriormente, de forma presencial e, ainda assim, através do Centro Estadual de Exames Supletivo, continuou a se ofertar os exames de certificação; conforme dados da SEDUC-MT (2005), nos exames supletivos em 2005, na modalidade semipresencial foram inscritos 3.041 candidatos e no exame de EJA Suplência no Ensino Fundamental foram inscritos 58.899 e na EJA Suplência Ensino Médio 104.721, totalizando 163.62023 pessoas inscritas nos exames (Santos, 2013, p. 52).

---

6 A Escola Estadual Dom Galibert foi desativada e a EE Dr. José Rodrigues Fontes, municipalizada (com atendimento aos anos iniciais do ensino fundamental).

Sob essa nova denominação, a escola deixou de ser semestral e continuou a ofertar exclusivamente a Educação de Jovens e Adultos nos níveis fundamental (2º segmento) e médio (1ª, 2ª e 3ª fases), além dos exames de certificação.

Figura 4 – Imagem da fachada do prédio com a denominação Escola Estadual “Prof. Milton Marques Curvo”



Fonte: Acervo pessoal da prof.<sup>a</sup> Maria Domingas de Souza (2012).

Esse período foi marcado, também, pela inovação da unidade escolar, que, devido ao pequeno espaço físico da época, realizou parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres. Essa parceria envolvia a cedência de salas de aulas no período noturno, hoje chamadas de salas anexas.

A abertura das salas anexas nos mais variados bairros do município, ao longo dos anos, possibilitou que a escola atendesse a um maior número de jovens e adultos que procuravam continuar ou terminar seus estudos. Para atender as salas anexas, a escola (re)organizou o seu quadro de pessoal junto à mantenedora e sua metodologia curricular, visando à oferta de um ensino-aprendizagem de qualidade e adequado à clientela.

Em 28/01/2008, respaldado pelas Resoluções nº 180/00-CEE/MT e nº 177/02-CEE/MT, o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 1.123, de 28 de janeiro de 2008, criou e estruturou em diversos municípios-polos os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs).

**DECRETO N° 1.123, DE 28 DE JANEIRO DE 2008.**

Regulamenta a Lei Complementar nº 49 de 1º de outubro de 1998, criando e estruturando organizacionalmente os Centros de Educação de Jovens e Adultos-CEJAS, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos III e V, da Constituição Estadual,

**DECRETA:**

**Art. 1º Fica criado nos municípios polos, a partir de 2008, os Centros de Educação de Jovens e Adultos-CEJAS, vinculados à Secretaria de Estado de Educação, conforme Anexo Único deste Decreto.**

Parágrafo único. A criação dos Centros citados no caput deste artigo será gradativa e dependerá de análise prévia sobre o quantitativo de alunos atendidos e disponibilidade orçamentária.



Art. 2º Os Centros de Educação de Jovens e Adultos-CEJAS, têm por objetivo constituir identidade própria para a modalidade Educação de Jovens e Adultos e oferecer formas diferenciadas de atendimento que compreenda a Educação Formal e Informal integrada ao mundo do trabalho ao longo da vida e a necessidade de reconhecer as especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos.

Art. 3º Para atender o objetivo deste Decreto, os CEJAS contarão com a seguinte Estrutura Organizacional:

I – 1 (um) Diretor;

II – 1 (um) Coordenador-Geral com dedicação exclusiva;

III – 1 (um) Coordenador Pedagógico por turno de funcionamento com dedicação exclusiva;

IV – 1 (um) Coordenador para cada área de conhecimento por turno de funcionamento;

V – 1 (um) Secretário Escolar;

VI – até 4 (quatro) Técnicos administrativos, com formação específica, por período;

VII – 3 (três) Técnicos Multimeios com formação específica, sendo 1 (um) por período;

VIII – até 4 (quatro) Apoio Administrativo Educacional – Limpeza, para cada período de funcionamento;

IX – até 2 (dois) Apoio Administrativo Educacional – Nutrição, por período de funcionamento;

X – 4 (quatro) Apoio Administrativo Educacional - Vigilante;



XI – até 6 (seis) Apoio Administrativo Educacional - função agente de pátio, um por período.

XII – Equipes de Professores, conforme número de alunos matriculados, para atender as ofertas propostas pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Art. 4º Compete aos Centros de Educação de Jovens e Adultos-CEJAS a oferta de educação de jovens e adultos nas modalidades presencial, semi-presencial, a distância e exames supletivos, oferecidos pelo Poder Público.

Art. 5º Compete à Secretaria de Estado de Educação as providências necessárias para o funcionamento dos Centros citado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 28 de janeiro de 2008, 187º da Independência e 120º da República.

BLAIRO BORGES MAGGI

Governador do Estado

SAGUAS MORAES SOUSA

Secretário de Estado de Educação (Mato Grosso, 2008, p. 6, grifo nosso).

A Lei Complementar nº 49/1998, que dispõe sobre a instituição do sistema de ensino de Mato Grosso, constitui um marco normativo fundamental para a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na região. Entre as várias disposições dessa lei, destaca-se a atenção dedicada à democratização do acesso à educação, especialmente para as populações que,



por razões diversas, não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade regular.

A criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) está inserida nesse contexto como uma resposta institucional às demandas previstas na lei. Os CEJAs foram concebidos como unidades escolares especializadas, voltadas para o atendimento de jovens e adultos que desejam retomar seus estudos e concluir a educação básica. Essa iniciativa destaca-se pela preocupação do sistema de ensino estadual em oferecer alternativas pedagógicas adequadas às especificidades desse público.

Entre os anos de 2008 e 2010, foram criados em Mato Grosso 24 (vinte e quatro) Centros de Educação de Jovens e Adultos, concebidos como unidades escolares especializadas. A principal característica destas unidades era a de funcionar como polos regionais, voltados para o atendimento de jovens e adultos que desejassesem retomar seus estudos e concluir a educação básica. Essa iniciativa destacou a preocupação do sistema de ensino estadual em oferecer alternativas pedagógicas adequadas às especificidades desse público, conforme estabelece o artigo 3º do referido Decreto.

Em Cáceres, enquanto cidade-polo, a então Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo atendia exclusivamente a Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 1.933, de 13 de maio de 2009, nomeou no espaço onde antes funcionava



a Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo como Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo, também conhecido como CEJA.

**DECRETO N° 1.933, DE 13 DE MAIO DE 2009.**

Dispõe sobre a criação do Centro de Educação de Jovem e Adulto-CEJA que adiante menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos III e V, da Constituição Estadual, e considerando a Lei Complementar nº 49/1998 e Decreto nº 1.123/2008, e o que consta do Processo nº 773309/2008, da Secretaria de Estado de Educação-MT,

**DECRETA:**

**Art. 1º Fica criado o Centro de Educação de jovens e Adultos-CEJA “Prof. Milton Marques Curvo”, com sede no município de Cáceres/MT.**

Art. 2º O Centro de Educação de Jovem e Adulto-CEJA “Prof. Milton Marques Curvo” oferecerá cursos e exames supletivos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA, a partir do ano letivo de 2009.

Art. 3º A Direção do Centro ora criado será designado pelo Secretário de Estado de Educação, até processo de escolha conforme legislação em vigor.

Art. 4º Caberá a Assessoria Pedagógica orientar e acompanhar a constituição do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar-CDCE.

Art. 5º Compete a Secretaria de Estado de Educação, tomar as providências necessárias ao funcionamento do Centro referido no Art. 1º, deste Decreto.



Art. 6º A Direção do referido Centro deverá protocolizar, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, o processo de autorização da Escola, nos termos do art. 7º da Resolução Normativa nº 630/2008, do Conselho Estadual de Educação- MT.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 13 de maio de 2009,  
188º da Independência e 121º da República.

BLAIRO BORGES MAGGI

Governador do Estado

EUMAR ROBERTO NAVACKI

Secretário Chefe da Casa Civil

SAGUAS MORAES SOUSA

Secretário de Estado de Educação (Mato Grosso, 2009, p. 8, grifo nosso).

Com a criação do CEJA Prof. Milton Marques Curvo, deu-se implicitamente a desativação/extinção da escola antecessora, que foi oficialmente desativada em 31/10/2012, por meio da Portaria nº 028/2012-GAB/CEE/MT, publicada no DOE de 05/11/2012, páginas 28 e 29. Diferentemente dos atos anteriores de renomeação, observa-se aqui um ato de criação de uma nova unidade escolar. Embora essa nova escola continue situada no mesmo espaço físico, com o mesmo corpo docente e mantenha em seu nome a homenagem ao professor Milton Marques Curvo, há uma mudança significativa na proposta curricular e na forma de oferta aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.



A partir daí, a Instituição iniciou a oferta de ensino da EJA no formato presencial, organizado por área do conhecimento e por disciplina, com duração trimestral e carga horária definida para a área na matriz curricular. Posteriormente, adotou a oferta por carga horária, etapa caracterizada pela possibilidade de o aluno iniciar e concluir seus estudos a qualquer momento durante o ano letivo.

Figura 5 – Imagem do muro do prédio com a denominação  
CEJA “Prof. Milton Marques Curvo”



Fonte: Facebook.com<sup>7</sup>.

7 Disponível em: <https://www.facebook.com/Cejaprofmiltonmcurvogestooescolar> 2015. Acesso em: 17 nov. 2023.

## 1.4 DA ATUAL NOMEAÇÃO (EEDIEB)

Em 19/01/2021, o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto Estadual nº 792, de 18 de janeiro de 2021, cria, novamente, no mesmo espaço físico, com o mesmo quadro administrativo-pedagógico e com uma outra proposta curricular<sup>8</sup>, uma nova escola e a nomeia como Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”.

DECRETO Nº 792, DE 18 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a criação da Unidade Escolar, que adiante menciona, e dá outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos III e V, da Constituição Estadual, e considerando o que consta do Processo nº 494312/2020, da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

DECRETA:

**Art. 1º Fica criada a unidade escolar denominada Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, que funcionará no município de Cáceres.**

Art. 2º A unidade escolar de que trata o artigo 1º oferecerá a Educação Básica, a partir do ano letivo de 2021, devendo protocolizar o processo de autorização da Escola, nos termos da Resolução Normativa nº 002/2013, do Conselho Estadual de

---

8 A proposta curricular passa a ser padronizada, igualando-se às demais escolas da rede estadual.



Educação de Mato Grosso.

Art. 3º Compete a Secretaria de Estado de Educação tomar as providências necessárias ao funcionamento da Escola, referida no Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá - MT, 18 de janeiro de 2021, 200º da Independência e 133º da República.

MAURO MENDES

Governador do Estado

MAURO CARVALHO JUNIOR

Secretário-Chefe da Casa Civil

ALAN RESENDE PORTO

Secretário de Estado de Educação (Mato Grosso, 2021a, p. 7, grifo nosso).

Nesse período (2021), todas as 21 unidades dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) foram fechadas e extintas. Pouco mais de 10 dessas escolas estaduais, onde antes funcionavam os CEJAs, foram “transformadas” em Escolas Estaduais de Desenvolvimento Integral da Educação Básica<sup>9</sup>.

---

9 Disponível em: <https://www.estadaomatogrosso.com.br/cidades/seduc-volta-a-dizer-que-nao-fechara-cejas/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Figura 6 – Imagem do muro do prédio com a denominação EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo”



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Verificamos no artigo supramencionado que, assim como ocorreu com a criação do CEJA, não se trata somente de uma renomeação da unidade escolar, mas a criação de uma nova<sup>10</sup> unidade escolar.

---

10 A expressão “nova” se refere à normatização jurídica pela qual a escola CEJA Prof. Milton Marques Curvo entra em processo de fechamento e extinção e se cria, por meio de um ato administrativo normativo, uma nova unidade escolar.

Ainda em 2021, o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 857, de 11 de março de 2021, institui a sigla EEDIEB.

DECRETO N° 857, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a utilização da sigla EEDIEB e a retificação de denominação de unidade escolar da Rede Pública Estadual que adiante menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso III, da Constituição Estadual e, tendo em vista o que consta no Processo nº 42547/2021,

DECRETA:

**Art. 1º As unidades escolares de denominação “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica, usarão a sigla EEDIEB”.**

Art. 2º [...]

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Paiaguás em Cuiabá, 11 de março de 2021, 200º da Independência e 133º da República.

MAURO MENDES

Governador do Estado

MAURO CARVALHO JUNIOR

Secretário-Chefe da Casa Civil

ALAN RESENDE PORTO

Secretário de Estado de Educação (Mato Grosso, 2021b, p. 9, grifo nosso).



Atualmente, a Resolução nº 001/2022-CEE/MT, que fixa normas para a regulação das Unidades Escolares que ofertam a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, estabelece:

Art. 3º A Unidade Escolar mantida pelo Poder Público Estadual ou Municipal deverá utilizar a expressão ‘Escola Estadual’ ou ‘Escola Municipal’, conforme o caso, seguida do nome escolhido pela comunidade escolar, segundo o disposto na legislação vigente de cada esfera (estadual ou municipal) (Mato Grosso, 2022, p. 40).

Com essa nova denominação, a unidade escolar, a partir de 2021, passou a atender não somente a modalidade Educação de Jovens e Adultos, mas o também chamado ensino “regular”, ampliando o atendimento à especificidade da educação em prisões<sup>11</sup>, com a oferta de salas anexas aos sistemas socioeducativo e prisional masculino e feminino, por exemplo.

A criação das Escolas Estaduais de Desenvolvimento Integral da Educação Básica (EEDIEBs) se diferencia das Escolas de Tempo Integral (ETIs), cuja principal distinção está na abrangência de suas propostas e público-alvo. Enquanto as EEDIEBs foram concebidas para atender tanto o Ensino Fundamental e Médio quanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ampliando o acesso e integrando diferentes modalidades de ensino, as ETIs se concentram no Ensino Fundamental

---

11 Termo utilizado pela Política Pública Estadual de Mato Grosso aos alunos em cumprimento de medida privativa de liberdade.

e Médio regulares, com foco na permanência ampliada do estudante na escola. Nesse sentido, as EEDIEBs respondem a uma demanda mais ampla e inclusiva, voltada também para jovens e adultos que não concluíram a escolarização na idade regular, enquanto as ETIs buscam intensificar a aprendizagem de estudantes em idade regular por meio de um regime de tempo integral, caracterizado por uma jornada escolar ampliada que contempla atividades complementares ao currículo básico.

## **1.5 DA FAMÍLIA MARQUES CURVO E DO PROFESSOR MILTON MARQUES CURVO**

A família Marques Curvo, em que pesse ter uma bibliografia relativamente escassa, é uma das famílias tradicionais de Cáceres, Mato Grosso, e teve papel significativo na história e no desenvolvimento da cidade e da região. Por se tratar de uma família com raízes que remontam às gerações passadas, desempenhou papéis importantes no comércio, na política local, na educação e em outras áreas da vida comunitária.

O livro *História e memória Cáceres*, de Chaves (2011, p. 113-114), apresenta alguns relatos sobre a influência política da Família Curvo.

Em sua entrevista, a senhora Noelita Curvo nos fornece elementos importantes para traçar o quadro do ambiente eleitoral, então vivenciado no município de Cáceres, nas décadas de 50 e 60 ao afirmar que:



No dia da eleição? Papai lá em casa ficava pegando os eleitores. ‘Aquele lá mora longe, vai pegar’. Ficava tudo aqui no quintal da casa da gente.

O trecho do livro apresenta a forte influência política da Família Curvo nas décadas de 1950 e 1960. Durante esse período, a família exerceu um papel dominante no ambiente eleitoral da cidade, como descrito na entrevista de Noelita Curvo. Ela descreve como seu pai organizava o apoio dos eleitores, muitas vezes reunindo-os em sua residência no dia da eleição para garantir votos.

Além de sua atuação política, a Família Curvo também era proprietária de um comércio local, famoso por exibir a escultura do “Anjo da Ventura”. Outro empreendimento significativo foi o vapor *Etrúria*, responsável pelo transporte de produtos e mercadorias entre Cáceres e a Europa, fortalecendo ainda mais a influência da família no comércio e na economia da região.

Advindo desta influente e abastada família, o professor Milton Marques Curvo foi um homem que deixou sua marca na história de Cáceres. Ele contribuiu para o desenvolvimento da cidade e da educação, tendo sido Delegado Regional de Ensino na década de 60 (Mendes, 1998). Nos registros contidos no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, constam as informações relativas à vida do patrono da escola, as quais ensejaram a homenagem de seu nome na identificação da escola, sendo o professor Milton Marques Curvo reconhecido



como homem público Educador que não parou de estudar mesmo na idade adulta.

O Professor Milton Marques Curvo, nascido em 27 de agosto de 1916, na cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, teve uma vida marcada por diversas realizações e contribuições para a comunidade. Iniciou seus estudos no Colégio Imaculada Conceição, concluindo o curso primário em 1927. Em conformidade com as tradições das famílias locais, cursou o ensino secundário no Rio de Janeiro de 1928 a 1932, no Colégio Rezende RJ.

Serviu ao exército brasileiro de dezembro de 1940 a outubro de 1941, alcançando a graduação de 3º sargento. Aos 26 anos, casou-se com Lady Dulce e teve dois filhos: José Ney Dulce Curvo (falecido) e Dulce Regina Curvo.

Entre 1937 e 1950, foi sócio e trabalhou na firma Curvo & Cia, tornando-se responsável também pelo Vapor Etrúria de 1951 a 1956. A partir de 1957, dedicou-se ao magistério, sendo nomeado professor do Ginásio Estadual Onze de Março, onde ministrou aulas de Inglês, Francês, Geografia e OSPB. Além disso, exerceu a função de diretor do ginásio em diferentes períodos.

Demonstrando sua dedicação à educação, foi nomeado Delegado de Ensino em Cáceres de maio de 1968 a julho de 1972. Durante esse tempo, também foi aluno do Curso Técnico em Contabilidade e, ao concluir o curso, passou a lecionar inglês na Escola Técnica de Comércio ‘Raimundo Cândido dos Reis’.

Ao longo de sua carreira, fez parte do quadro de professores do Instituto Imaculada Conceição, lecionando inglês, Geografia e OSPB. Participou ativamente da comunidade como sócio do Rotary Clube de Cáceres, ocupando cargos como



Presidente, Vice-Presidente e Diretor sem Pasta, e foi um dos fundadores da Escola Rotary.

Como sócio fundador do Esporte Clube Humaitá, integrou sua diretoria por 20 anos. Além disso, trabalhou no Banco Financial de Mato Grosso de janeiro de 1961 a março de 1965, ocupando os cargos de Escriturário, Procurador e Contador.

Em 1972, concluiu o curso de Ciências Sociais e Jurídicas na Universidade Federal de Mato Grosso. O Professor Milton Marques Curvo, também conhecido como Dr. Milton Marques Curvo, faleceu em 26 de julho de 1973.

O reconhecimento do seu trabalho como educador e homem público se concretiza na homenagem recebida em 1981, no município de Cáceres, quando seu nome foi dado ao Centro Estadual de Ensino Supletivo (CES) “Prof. Milton Marques Curvo”, o qual, atualmente, corresponde à Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica (EEDIEB) “Prof. Milton Marques Curvo”. Os gestos de nomeação e renomeação fazem com que seu legado perdure. A importância de Milton Marques Curvo para o município de Cáceres é incontestável. Foi um professor que contribuiu para o desenvolvimento da educação pública no município e marcou a vida de muitas gerações de alunos.



## **Capítulo 2**

---

# **NOMEAR E RENOMEAR NA PERSPECTIVA DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO**

Neste capítulo, apresentamos as bases teóricas da Semântica do Acontecimento, conforme delineadas por Eduardo Guimarães (2017, 2018). A mobilização desta linha teórica nos permitirá compreender os sentidos produzidos com a nomeação e a renomeação da atual Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”.

A adoção pela Semântica do Acontecimento é fundamental para a abordagem analítica e teórica a que nos propomos neste trabalho. Os procedimentos próprios da teoria contribuem para entender a dinâmica da produção de sentidos a partir da nomeação e da renomeação. Essa perspectiva nos permite compreender que os nomes atribuídos à unidade escolar não são neutros, pois que se constituem na relação com os acontecimentos históricos e sociais. Quando enunciados, os nomes significam, articulando memórias e sentidos produzidos em acontecimentos de linguagem específicos,

que evocam transformações sociais, educacionais e políticas. Assim, os nomes expressam uma identidade institucional ao mesmo tempo em que traduzem e interpretam as mudanças no cenário educacional.

A teoria da Semântica do Acontecimento oferece uma base sólida para compreender como cada nome atribuído à escola se articula e ressignifica os acontecimentos históricos, sociais e educacionais que a instituição vivenciou ao longo do tempo. Ao nos fundamentarmos nessa teoria, podemos notar que os nomes atribuídos à instituição, além de formalizarem sua identificação, estão intrinsecamente relacionadas às transformações da política educacional do país.

Por exemplo, o nome “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral” substitui o nome anterior, alinhando-se às novas diretrizes da educação básica no estado de Mato Grosso, que promovem a integração de modalidades de ensino e atendem a um público diversificado. Essa mudança incorpora novos elementos linguísticos, como ressignifica os sentidos educacionais associados à unidade escolar, afastando-a de uma visão restritiva centrada exclusivamente no ensino supletivo ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nomear a escola como “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica” transcende um mero ato burocrático ou político-ideológico de quem (re)nomeia. Trata-se de um acontecimento semântico que projeta novos significados e objetivos para a unidade escolar,



propiciando uma mudança significativa em seu sentido social e educacional.

Em suma, ao analisarmos a nomeação e a renomeação dessa escola pelo viés da Semântica do Acontecimento, somos levados a compreender que cada nome tem uma história.

## 2.1 DAS FILIAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITOS METODOLÓGICOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

A Semântica do Acontecimento, conforme delineada por Eduardo Guimarães (2017, 2018), constitui-se como uma abordagem teórica e metodológica voltada à análise dos processos de significação a partir da enunciação. Diferentemente de abordagens estruturalistas e cognitivistas, que buscam estabelecer um significado fixo para as palavras e expressões, a Semântica do Acontecimento se diferencia de outras abordagens ao enfatizar a produção de sentidos no funcionamento da linguagem. Dizendo de outro modo, “tratar a significação [...] é o fundamental no estudo da linguagem, porque a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa” (Guimarães, 2018, p. 7).

Sobre a significação do enunciado, Guimarães (1998, p. 89 *apud* Guimarães, 2018, p. 18) esclarece que “o que faz uma forma da língua significar são suas relações com a história

dos textos em que aparece”. Essa abordagem reconhece que a significação está intrinsecamente ligada às relações com a história nos textos em que as formas linguísticas aparecem. O autor aponta que o significado de uma forma linguística é determinado por essas relações e ressalta a importância do acontecimento histórico na produção de sentido.

De acordo com Guimarães (2018) a Semântica busca compreender o funcionamento da linguagem e das línguas: “[...] trata-se de uma disciplina linguística que tem como objeto o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua” (Guimarães, 2018, p. 15). Dessa forma, a semântica não deve ser reduzida a um componente da gramática ou da pragmática, mas entendida como uma disciplina linguística que analisa os sentidos produzidos na prática enunciativa.

Por isso é decisivo para nós o tratamento da enunciação como a línguaposta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. O acontecimento é constitutivo do sentido, mas enquanto configurado pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua que, como vimos, são regularidades históricas e assim sua autonomia é relativa: a sua interioridade tem as marcas de sua exterioridade (Guimarães, 1995, p. 86).

Para a construção inicial da Semântica do Acontecimento, foi essencial estabelecer “diálogos com a filosofia, a lógica, a filosofia da linguagem, a semiótica a análise do discurso” (Guimarães, 1995, p. 7). A teoria toma como ponto de partida influências importantes, como a teoria da argumentação



de Oswald Ducrot, as teses de Émile Benveniste sobre a subjetividade na linguagem e aspectos da Análise de Discurso de Eni Orlandi.

Em seu livro mais recente, Guimarães discorre sobre sua posição teórica:

A posição assumida nesta obra, como em meus trabalhos de modo geral, é que a semântica, tal como a considero, é uma disciplina linguística cujo objeto é compreender o funcionamento da linguagem e das línguas. A semântica linguística, portanto, não é considerada como uma parte da pragmática, ou seja, a semântica não é tratada como um componente da gramática. Neste sentido, mesmo com as diferenças devidas à história já produzida nos estudos semânticos, tenho uma posição assemelhada à de Breál (1897) no seu *Ensaio de Semântica*. Tratar a significação (é verdade que para ele a questão era tratar a mudança de sentido das palavras) é o fundamental no estudo da linguagem, porque a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa (Guimarães, 2018, p. 07).

Com o passar do tempo, a Semântica do Acontecimento definiu e delimitou seus próprios conceitos teóricos e metodológicos, afastando-se de algumas dessas influências iniciais. Um dos conceitos centrais que emergiu foi o de memorável, que se tornou central para a compreensão da relação entre a enunciação e os sentidos historicamente constituídos.

Para Guimarães (2017), o acontecimento não é apenas um evento no tempo, mas a articulação de temporalidades



(passado, presente e futuro) que configuram os sentidos. Portanto, o memorável emerge como uma categoria essencial, referindo-se ao que é evocado no presente, a partir de enunciações anteriores, para projetar novas configurações de significado. Diferentemente da memória enunciativa, que enfatiza a relação com enunciados passados, o memorável destaca os momentos em que um acontecimento adquire relevância histórica e redefine seu campo de significação.

Referente à noção de político, designação e nomeação, o autor estabelece uma relação conceitual estreita com os trabalhos de Rancière<sup>12</sup>. A Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida por Guimarães, propõe uma perspectiva teórica que articula linguagem, história, social e político, compreendendo os sentidos como processos em constante constituição. A teoria considera a historicidade como parte constitutiva do funcionamento da linguagem, reconhecendo que o dizer é sempre atravessado pela historicidade e afetado pelo político. Trata-se de compreender os sentidos não como entidades estáticas ou intrínsecas às palavras, mas como emergentes de práticas enunciativas situadas do funcionamento da linguagem.

Para que a enunciação se realize, quatro elementos inter-relacionados são necessários: a língua, o sujeito, a temporalidade e o real. O acontecimento da enunciação, por sua vez, ocorre em um espaço de relações linguísticas,

---

12 Jacques Rancière, filósofo francês, conhecido por suas contribuições significativas para a teoria política, estética e educação.

onde as línguas se cruzam e se transformam. A enunciação, segundo a teoria da Semântica do Acontecimento de Eduardo Guimarães, pode ser compreendida como:

A enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. [...] Para mim a questão é como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito.

Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico (Guimarães, 2017, p. 15).

A Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2017, 2018) aborda o sentido “no acontecimento do dizer”, na enunciação, considerando a inclusão da exterioridade da língua. Na visão do autor, a língua não é uma entidade isolada, mas um sistema dinâmico que se configura no espaço da enunciação, no qual os significados são estabelecidos a partir das interações linguísticas. Desse modo,

a língua deve ser definida a partir do espaço de enunciação. [...] pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. Ela é



assim um conjunto de elementos cujas relações constituem essas regularidades. A língua tem um conjunto de elementos linguísticos (sons, palavras, formas, etc.) que é preciso descrever segundo categorias específicas para isso. Estes elementos se caracterizam porque se combinam de algum modo que também é preciso estabelecer. Estes elementos apresentam modos regulares de combinação quando alguém diz algo em acontecimentos específicos, ou seja, na enunciação (Guimarães, 2018, p. 24).

A teoria da Semântica do Acontecimento propõe como um dos pilares teórico-analíticos a análise do funcionamento da língua, destacando-se pela sua abordagem enunciativa da ordem linguística. Nessa perspectiva, o foco se desloca da centralidade do sujeito para o acontecimento do dizer, e, nele, o sentido se constitui. O sujeito não é o centro da enunciação ou o responsável por instalar o tempo no sentido de remeter a ele uma centralidade, mas sim ao acontecimento.

[...] o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste modo da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas. O agenciamento dos falantes, enquanto tal, pelas línguas, é político, pois é necessariamente desigual (Guimarães, 2018, p. 23-24).

Assim, a Semântica da Enunciação se posiciona como uma abordagem que analisa os sentidos dos enunciados



enquanto enunciados que integram textos nos acontecimentos que os produzem, ou seja, a constituição do sentido é enunciativa, ocorre no acontecimento do funcionamento da língua, neste acontecimento do dizer.

A Semântica do Acontecimento nos permite entender a linguagem como um espaço dinâmico em que os sentidos emergem de acontecimentos enunciativos e são disputados enunciativamente. Diferentemente de abordagens que tratam o significado como algo fixo, a teoria enfatiza que os sentidos são processos que se dão na enunciação.

Ao incorporar a noção de memorável, a teoria amplia a capacidade de análise ao destacar como certos acontecimentos enunciativos se impõem e redefinem campos de sentido. Esse olhar permite investigar não apenas a estrutura das palavras, mas também os eventos enunciativos que as tornam significativas.

No caso específico da renomeação da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, a Semântica do Acontecimento permite uma leitura que vai além do mero registro administrativo, compreendendo tais processos como enunciações que significam as relações políticas, históricas e institucionais.



## 2.2 FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: TEMPORALIDADE, ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E O POLÍTICO

A Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães, fundamenta-se na compreensão de que o sentido não é uma propriedade fixa ou intrínseca dos signos, mas algo constituído no acontecimento do dizer, no espaço de enunciação. Esse espaço é configurado por relações históricas e sociais, sendo, ao mesmo tempo, palco de disputas, contradições e articulações. Para Guimarães (2017, 2018), o acontecimento enunciativo é marcado pela historicidade da linguagem e pela temporalidade própria do dizer, o que significa que cada enunciação instala um presente que recorta memórias passadas e projeta sentidos para o futuro. Assim, analisar os atos de nomeação e renomeação é compreender os movimentos enunciativos que constroem a significação no tempo e no espaço.

Segundo a teoria da Semântica do Acontecimento, a temporalidade da enunciação é abordada na produção de sentidos, rompendo com a linearidade cronológica. Segundo Guimarães (2017, p. 16), “o acontecimento não é um fato no tempo”, a enunciação é um acontecimento sócio-histórico, não no sentido da história cronológica, na qual os fatos significam um acontecimento social determinado no tempo, mas no sentido em que a história constitui o presente de uma enunciação, ou seja, “a enunciação é o acontecimento do funcionamento



da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui)” (Guimarães, 2018, p. 43).

A história aqui é constituída no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer. O passado não é apenas uma lembrança pessoal dos fatos anteriores, mas se apresenta como rememorações de enunciações que conferem sentido à atual nomeação ou renomeação de uma unidade escolar, por exemplo. Esse passado significativo convive com o presente da enunciação para projetar o futuro do acontecimento, possibilitando o surgimento de novos sentidos e novas enunciações.

A temporalidade do acontecimento, portanto, não se limita à história cronológica, mas sim à maneira como o passado, o presente e o futuro convivem e se entrelaçam na enunciação.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (Guimarães, 2017, p. 17).



Nessa perspectiva, é no acontecimento do dizer que a significação se constitui e, consequentemente, instaura a temporalidade. O dizer é o que marca e inscreve a temporalidade. Compreender a temporalidade do acontecimento implica reconhecer que o passado signifique e conviva com o presente da enunciação para projetar o futuro do acontecimento, sem o qual não haverá novos sentidos nem novas enunciações. O recorte do passado se denomina memorável, e a projeção, futuridade.

No tocante às nomeações e renomeações da unidade escolar em análise, o memorável não se restringe à nomeação em si, mas ao sentido produzido por dizeres passados que se manifestam no ato de nomear no presente, abrindo essa latência de formulações futuras. Cada acontecimento de nomeação e renomeação, remete e rememora a enunciados anteriores, reinscrevendo-os no presente e projetando novos sentidos.

Um aspecto importante a considerar na constituição do texto é que seus enunciados se reportam sempre a enunciados de outras enunciações anteriores, de outros textos. Há no acontecimento do texto sempre o dizer de outros. Nesta medida vamos ver que um texto fala sempre de outros textos, ou a partir de outros textos, ou de elementos de outros textos, incorporando-os e assim os modificando (Guimarães, 2012, p. 36).

No caso das (re)nomeações da unidade escolar, o passado não é apenas um registro histórico, mas um memorável que se manifesta no presente da enunciação.



Assim, cada nome atribuído à escola, desde CES até EEDIEB, ressignifica as transformações no papel da escola e nos sentidos atribuídos à educação na região e no Estado de Mato Grosso. Nos acontecimentos específicos, configuram-se as enunciações que projetam novos significados para a instituição.

Cada nomeação, renomeação e sigla<sup>13</sup> criada para identificar a escola significa um acontecimento distinto que recorta diferentemente seu passado e seu futuro. Quando se enuncia um Decreto ou Lei, esse ato normativo traz como memorável outros acontecimentos, tais como: o manual de redação oficial vigente à época, as políticas educacionais, a legislação vigente à época que conferia ao governador do estado a prerrogativa de nomear ou alterar o nome de uma unidade escolar.

Cada enunciação seja decreto, seja lei que nomeia ou renomeia a unidade escolar sempre articulará elementos de nomeações anteriores de modo que o nome vai se modificando ao longo do tempo. Ao renomear, a enunciação recorta nomeações anteriores, trazendo-as como seu memorável. No caso em questão, ao nomear uma unidade escolar, há um agenciamento enunciativo<sup>14</sup> específico que vincula o falante ao ato de nomear algo (uma escola) e projeta um futuro de enunciações pelas quais se falará do nomeado pelo nome a

---

13 Na seção 2.5, delinearemos melhor sobre nomeação, renomeação e a utilização das siglas.

14 O agenciamento enunciativo, segundo a teoria de Guimarães, refere-se ao modo como os falantes são agenciados a dizer.

ele atribuído, projetando-o em todas as enunciações futuras do nome, para sempre.

É por meio do agenciamento enunciativo que a linguagem toma o falante e o coloca em determinados lugares (lugares de enunciação), ou seja, é por meio desse funcionamento que a língua agencia o falante, posicionando-o como locutor e permitindo que o dizer aconteça. É nesse acontecimento do dizer que os sentidos se instauram e passam a operar.

Igualmente relevante na teoria de Guimarães é a noção central do Acontecimento da Enunciação, ou seja, a ideia de que o sentido é produzido no/pelo acontecimento de linguagem, que se caracteriza como o funcionamento da língua nos espaços de enunciação, que são espaços de distribuição das línguas para os falantes, o que caracteriza o falante como uma figura política.

A noção de política assumida por Guimarães (2017) se relaciona estreitamente com concepções de conflito e dissenso de outros teóricos, como Eni Orlandi e Jacques Rancière. Essa perspectiva, quando aplicada aos espaços de enunciação, demonstra um cenário complexo e dinâmico, marcado por desigualdades e disputas pelo poder da palavra. Nessa compreensão, em que Guimarães dialoga com Rancière e Orlandi, a busca pela igualdade, embora seja um ideal, se dá por meio de processos normativos que, paradoxalmente, podem reproduzir as desigualdades.



O espaço de enunciação é uma categoria central na Semântica do Acontecimento. Ele designa o lugar simbólico onde se dá o funcionamento da língua, configurando as relações entre os sujeitos e a linguagem no momento do dizer. Para Guimarães (2018), esse espaço não é apenas um contexto, mas um campo político e histórico no qual os sentidos emergem, disputam e se transformam. No caso das nomeações e renomeações analisadas nesta pesquisa, o espaço de enunciação demonstra um embate da linguagem que mobiliza as mudanças de nome e os novos sentidos constituídos.

Guimarães (2017, p. 25) conceitua o espaço de enunciação como o embate das línguas com seus falantes:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento. [...] O espaço de enunciação é um espaço político.

Já o político, para o autor, é

caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (Guimarães, 2017, p. 22).



A conexão entre o espaço de enunciação e a organização política dos Estados nacionais nos possibilitam compreender o funcionamento da língua em diferentes acontecimentos. Isso ocorre porque o funcionamento das línguas está intrinsecamente ligado à forma como os falantes as “experimentam”. Os falantes praticam suas línguas não apenas de acordo com a determinação do Estado-Nação, mas também de acordo com outras práticas que podem se sobrepor a essa determinação, além de se diferenciar dela de várias maneiras.

No Brasil, o espaço de enunciação é multilíngue, o que significa que várias línguas coexistem e são praticadas. Isso inclui o português, que é a língua nacional e oficial, mas também as línguas indígenas, de imigração e de fronteira. Além disso, no próprio português, há múltiplas variações regionais e diferentes falares.

Figura 7 – Espaço de enunciação brasileiro



Obs.: O traço em negrito e mais espesso indica que esta relação é dominante neste espaço, em relação às outras relações.

Fonte: Guimarães (2024).

No nosso caso, em que pese o multilinguismo, o falante é tomado num espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, ou seja, não há decreto ou lei que nomeie uma escola a

não ser em língua portuguesa, que é a língua oficial do Estado, a língua nacional. A língua portuguesa ocupa uma posição hegemônica, configurando-se como a língua oficial para os atos normativos, como os decretos e a lei de (re)nomeação escolar. Essa hegemonia, entretanto, não exclui a multiplicidade de sentidos e disputas que emergem nos espaços de enunciação.

Esta configuração do espaço de enunciação, pela exclusão de qualquer outra língua, está diretamente regulado pela definição da língua portuguesa como língua do estado Brasileiro. Neste lugar de inseparabilidade da língua e do Estado está o ponto da máxima resistência a outras línguas, o inglês por exemplo, que pode até ser língua de ciência para cientistas brasileiros, mas não será a língua para a legislação brasileira, não será a língua de um ato de decretar, por exemplo (Guimarães, 2017, p. 33).

A Semântica do Acontecimento nos mostra que o sentido de um enunciado é um efeito da temporalidade, do espaço de enunciação e das disputas políticas que o atravessam. Analisar um acontecimento enunciativo significa compreender como essas três dimensões interagem para constituir a designação de um termo ou expressão. Portanto, a análise dessas (re) nomeações leva em conta não apenas o sentido imediato da nomeação, mas também as relações de sentido produzidas sócio-historicamente que permeiam o acontecimento da enunciação.

## 2.3 CATEGORIA METODOLÓGICA E DESCRIPTIVA: CENA ENUNCIATIVA

A noção de cena enunciativa é constituída por Guimarães pela complexidade das interações entre os falantes nos espaços de enunciação. Segundo o autor, na cena enunciativa, o falante é politicamente agenciado, ou seja, “o acontecimento de enunciação toma o falante, agencia o falante como lugar de enunciação” (Guimarães, 2018, p. 75). O sentido é produzido no/pelo acontecimento de linguagem, que ocorre nos espaços de enunciação, definidos como espaços de funcionamento das línguas habitados por falantes, os quais, por sua vez, são figuras enunciativas marcadas pela disputa incessante pelo direito ao dizer e aos modos de dizer.

Assim, a cena enunciativa é caracterizada pela não unicidade da figura que enuncia, pois “a enunciação é polítópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação” (Guimarães, 2018, p. 58). Desse modo,

a cena enunciativa é produzida pelo agenciamento político da enunciação. Em outras palavras, o falante é agenciado politicamente e assim constitui a cena enunciativa: o acontecimento da enunciação produz sentidos ao constituí-la (Guimarães, 2018, p. 53).

A politopia da cena enunciativa destaca a multiplicidade de lugares de enunciação e a complexidade das relações entre quem diz, para quem se diz e o que se diz. Essa multiplicidade de papéis e relações influencia diretamente a produção de



sentido. Pela teoria de Guimarães (2017), a análise deve considerar a questão da língua, do falante e da enunciação, observando-se a relação entre as sistematicidades linguísticas (o funcionamento da língua nos espaços de enunciação) e as expressividades enunciativas (os falantes constituídos em agenciamento político com o dizer nas cenas enunciativas).

Portanto, consideramos o falante como a figura da enunciação determinada pelo espaço de enunciação, ou seja, “o falante só é falante enquanto falante das línguas de um espaço de enunciação específico” (Guimarães, 2012, p. 31). Para o autor, a enunciação se constitui por uma divisão de lugares ocupados por diferentes figuras.

Dessa forma, podemos analisar as figuras enunciativas, formadas pelo falante e seus lugares de enunciação, sendo a cena considerada politópica, abrangendo os três lugares de enunciação: locutor (L), alocutor (al-x) e enunciador (e).

A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante a dizer. O agenciamento do falante o divide na cena em lugares de enunciação: o daquele que diz (Locutor), o lugar social de dizer (allocutor), e o lugar de dizer (enunciador). Esta divisão dos lugares de enunciação constitui o que chamamos aqui de politopia da cena enunciativa (Guimarães, 2018, p. 71-72).

Nessa perspectiva, o falante é Locutor (L) ao ser agenciado como aquele que fala para alguém (seu Locutário-LT) dentro deste espaço político do dizer, ou seja, o espaço de enunciação. É aquele agenciado pelo acontecimento, que fala em determinada língua, ou seja, possui um lugar de dizer, é o



responsável pelo dizer, o que, no caso de nossos recortes<sup>15</sup>, significa o falante da língua portuguesa do Brasil falando aos brasileiros.

Temos ainda, o falante tornando-se alocutor-x (al-x) ao ser agenciado pelo lugar social de dizer. Não é um mero alocutor, mas um alocutor que se coloca no centro do dizer e é agenciado pelo lugar social de dizer. O alocutor é sempre um alocutor-x, ou seja, um alocutor que é, a cada acontecimento, especificado por uma caracterização do próprio acontecimento enunciativo. Este alocutor constitui por seu dizer um lugar seu correlato numa locução específica: trata-se do alocutário-y deste alocutor-x (Guimarães, 2018).

Os falantes enquanto constituídos pelas relações dos espaços de enunciação, são agenciados a dizer, a enunciar. Este agenciamento constitui a cena enunciativa. O agenciamento próprio da cena enunciativa constitui as relações entre quem diz e para quem se diz, e quem diz e o que se diz. O que configura os lugares de Locutor e Locutário (L – LT); alocutor e alocutário (al-x – at-y); Enunciador (E), cuja relação é com o que se fala e como (Guimarães, 2023, p. 124).

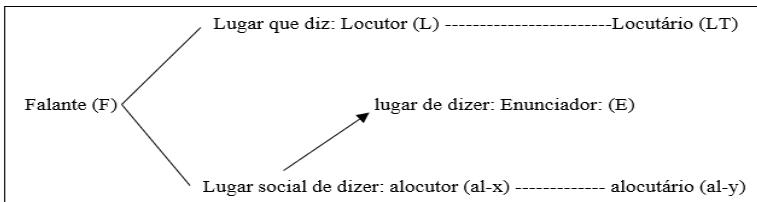
Na cena enunciativa, temos ainda a figura do enunciador (E), que ocupa o lugar de dizer. É o lugar social que dá sustentação ao que foi dito. A figura que se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal ou genérico.

---

15 O “recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados da situação discursiva” (Orlandi, 1984 *apud* Guimarães, 2018, p. 76). Na teoria desenvolvida por Guimarães (2017) o recorte é identificado pela expressão (R).

Ao utilizar a cena enunciativa como ferramenta metodológica, podemos descrever os processos de produção do sentido de maneira mais precisa, considerando a complexidade das relações entre linguagem, história e política.

Figura 8 – Cena Enunciativa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Guimarães sintetiza este funcionamento enunciativo da seguinte forma:

[...] o Locutor (L), ao ser agenciado, institui um Locutário (LT) (L é o lugar que diz (eu) para alguém (tu); o alocutor (al-x) ao ser agenciado, institui um alocutário (at-x) (al-x é o lugar social de dizer que se apresenta para um at-x, o lugar social para o qual um certo al-x diz); o enunciador, o lugar de dizer, que se apresenta como quem diz de um lugar coletivo, individual, universal, ou genérico (Guimarães, 2018, p. 62).

A politopia da cena enunciativa, ou seja, sua caracterização por múltiplos lugares de enunciação, é essencial para compreender como diferentes atores participam na construção de sentidos e, também, marca a possibilidade de a cena enunciativa ter mais de uma figura de alocutor, alocutário e/ou ainda de enunciador.

A circulação, em diário oficial, da alteração do nome de uma unidade escolar no Brasil se configura em um ritual político-jurídico naturalizado, realizado pelo representante do ente público (presidente, governador ou prefeito). Esse ato busca produzir efeitos que dialogam com as políticas sociais e econômicas de interesse coletivo. Tais publicações possuem uma determinação histórica e social, destacando a imagem, o *ethos* e a voz do representante do poder público.

No caso específico de decretos e leis estaduais que tratam da nomeação, renomeação e siglonimização de uma unidade escolar, existe uma performatividade que é atribuída ao alocutor (presidente, governador ou prefeito), o qual, ao decretar, se inscreve como a autoridade que diz e institui o nome. Essa performatividade emerge da enunciação, que distribui posições enunciativas e é marcada por condicionantes históricos e sociais.

Nessa perspectiva, o ato de nomeação pelo ente público não se limita a comunicar uma mudança, mas institui oficialmente um novo nome, consolidando a autoridade do agente enunciador. Assim, a performatividade dos textos legais decorre do próprio ato enunciativo, que opera dentro de um sistema jurídico e político que legitima a mudança de nome como um efeito incontestável da enunciação.

No caso das (re)nomeações da escola analisada, a cena enunciativa não se restringe ao espaço escolar, mas envolve o Estado, cujas decisões administrativas e políticas determinam



a fixação e a circulação dos nomes. A nomeação da EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo” se inscreve em uma cena enunciativa na qual o dizer do governo estadual assume um caráter performativo, que oficializa uma identidade institucional.

Dessa forma, a performatividade textual é construída na relação entre os lugares sociais e históricos dos quais os locutores enunciam no acontecimento de linguagem, realizado pelo funcionamento da língua. Essa relação performativa, portanto, está intrinsecamente conectada à construção histórica e social do locutor em relação ao lugar social e histórico do alocutário no mesmo acontecimento.

Nas publicações de leis e decretos que nomeiam, renomeiam ou siglonymizam o nome de uma escola, a performatividade assume um caráter de determinação, que não admite contestação. Nesse contexto, a força performativa se configura como o ato de impor à totalidade da população o nome da unidade escolar, transcendendo os limites do público diretamente envolvido junto à instituição (pais, alunos, servidores).

A cena enunciativa deve ser compreendida como um espaço discursivo que articula sentidos em uma relação entre tempo e espaço. No caso da nomeação da escola, a cena enunciativa descreve as relações de transformação da instituição dentro da política educacional do Estado de Mato Grosso.



## 2.4 DA DESIGNAÇÃO, NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÃO

Para a construção do sentido na (re)nomeação da unidade escolar, serão utilizados os conceitos de formação nominal, enquanto unidade mais específica dentro do nome e sintagma num sentido mais amplo.

A formação nominal, conforme discutida por Dias (2018), não se limita à estruturação morfológica de nomes compostos nem à simples segmentação sintagmática. Em vez disso, trata-se de uma unidade nominal concebida a partir do processo de constituição dos nomes, levando em consideração suas dimensões enunciativas. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais dinâmica da nominalidade, na medida em que destaca a construção do nome como um fenômeno discursivo em constante movimento.

Sobre a formação nominal, Dias (2018, p. 126) esclarece que:

No conceito de formação nominal, o termo formação indica essa especificidade que acabamos de levantar. Abordar semanticamente uma unidade nominal na perspectiva da formação nominal envolve uma busca das razões enunciativas da condensação de um nome (primeira dimensão da nominalidade), da articulação entre formadores de nomes (segunda dimensão) ou da determinação que o nome recebe nas articulações que ele contrai no âmbito do grupo nominal (terceira dimensão da nominalidade).



Assim, a análise da formação nominal não se restringe às regularidades estruturais, mas enfatiza a materialidade do dizer e supera a linearidade sintagmática, revelando as condições enunciativas que possibilitam a constituição dos nomes. No caso da (re)nomeação da unidade escolar, a distinção entre sintagma e formação nominal se torna essencial. Dias (2018, p. 248) delineia essa distinção da seguinte forma:

as razões enunciativas da FN não prescindem das regularidades estruturais, mas estão centradas numa ordem de materialidade do dizer cujo alcance é mais amplo e denso do que a horizontalidade das relações sintagmáticas.

O sintagma é compreendido como o conjunto de elementos linguísticos que, ao serem enunciados, produzem um significado mais amplo, que abrange não apenas o nome da escola, mas também o contexto histórico e social em que esta está inserida. Por outro lado, a formação nominal se refere à parte específica do nome que realiza uma referência direta a um conceito ou entidade, com foco na identificação de algo (como um nome próprio ou uma homenagem). No entanto, essa formação nominal também está implicada no acontecimento de nomeação e contribui para a construção de sentidos.

A Semântica do Acontecimento propõe que os nomes próprios não são neutros, mas significam no acontecimento do dizer. Logo, cada nomeação ou renomeação da unidade escolar é um acontecimento que articula sentidos ligados à história, à política e à sociedade.

Assim, para compreender o sentido produzido, apresentaremos algumas definições sobre designação, nomeação, renomeação e nome próprio a partir do lugar teórico por nós assumido neste trabalho.

#### **2.4.1 A designação e seu funcionamento**

A designação de uma unidade escolar, dentro da teoria da Semântica do Acontecimento, não deve ser confundida com referência ou denotação. Um elemento do enunciado pode se referir a algo em virtude de sua relação com uma predicação; no entanto, a significação desse elemento ocorre em sua articulação com o enunciado e com o texto, produzindo sentidos que emergem dessa relação. Assim, a designação de um nome não é apenas uma identificação de objeto, mas sua significação enquanto algo inerente às relações de linguagem, inscrita em uma dimensão simbólica que está, ao mesmo tempo, exposta ao real e enraizada na história. Nesse sentido, a designação, como aponta Guimarães (2017) e em diálogo com Rancière (2014), identifica o objeto não como um dado estático, mas como uma construção dinâmica de sentido, que se constitui na enunciação e nos processos históricos que a atravessam.

‘Semântica do Acontecimento’ estuda a designação, um tema que nenhuma semântica pode deixar de enfrentar no seu processo enunciativo. [...]. Ao analisar a designação mostra como, do ponto de vista enunciativo, é impossível não considerar o que os nomes próprios significam (Guimarães, 2017).



Nessa perspectiva, a designação de um nome não é apenas uma significação abstrata, mas uma relação linguística situada na história e exposta ao real, na qual os nomes transcendem meramente suas relações com os objetos únicos que designam.

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (Guimarães, 2017, p. 12).

A designação é a significação, particularmente quando se trata de nomes próprios associados a objetos únicos.

A designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tornado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem (Guimarães, 2018, p. 154).

Assim, podemos dizer que a designação é a significação de um nome em relação aos outros nomes, numa relação linguística e histórica. Designação é a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome.

Nesta medida o sentido de um nome (sua designação) constitui-se pelas relações do nome com outras palavras. Nesta medida não se trata de considerar como fundamento relações etimológicas e assim as ‘famílias’ de cognatos. Por



outro lado, não se trata de tomar a palavra como unidade de análise. Para nós, como já dissemos antes, a unidade de análise é o enunciado em que funcionam, pela enunciação, as palavras. E nesta medida, a questão é saber o que significa uma palavra no enunciado em que é enunciada enquanto elemento de um texto. Ou dito de outro modo, é preciso tratar as palavras nas relações que suas enunciações constroem. E assim se pode observar a designação enquanto modo de significar o que aparece mostrado como existente (Guimarães, 2018, p. 156).

Neste sentido, pensar a nomeação como uma simples forma de classificação é deixar de fora uma série de fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (2014, p. 52), “um nome identifica, não classifica”. Nessa concepção teórica, o nome se apresenta como um recorte do mundo, construindo o sentido da coisa existente, o que o torna um modo diferente de identificar e recortar a realidade.

O nome não é apenas uma denominação, mas um elemento simbólico que se relaciona com o papel da escola na sociedade. No caso das escolas estaduais, ele não apenas identifica um espaço físico, mas também inscreve valores, ideologias e disputas políticas e históricas. O nome define, em parte, o que se espera da escola e o que ela representa para a comunidade.



## 2.4.2 Nomeação e renomeação

Partimos da ideia de que a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Todavia, uma vez feita a nomeação (nome próprio), este acontecimento não o torna definitivo ou estagnado.

Para Guimarães (2017), o nome próprio é um acontecimento linguístico que produz efeitos no mundo. Ao nomearmos algo, estamos criando uma nova realidade e atribuindo-lhe um significado. Nessa perspectiva, o nome significa em relação ao documento que o criou, às pessoas que fazem uso dele e ao memorável que o constitui. Isso vai além da simples identificação social e jurídica de um indivíduo ou instituição; demonstra a complexa relação entre nome, identidade, memória e significado.

Dessa forma, enquanto a designação opera em um nível mais amplo de estabilização de sentidos dentro da historicidade do dizer, a nomeação se apresenta como um gesto pontual de significação que se inscreve na temporalidade do acontecimento enunciativo.

Guimarães (2018) diferencia designação e nomeação ao enfatizar que a designação é um processo mais amplo, que envolve a inscrição de sentidos em um nome próprio, enquanto a nomeação é o ato de atribuir um nome. No caso da EEDIEB, a nomeação reflete diferentes momentos da história da educação em Mato Grosso, e cada renomeação



se inscreve como um novo acontecimento do dizer, mudando sentidos e reafirmando outros.

A partir da Semântica do Acontecimento, podemos compreender o processo de nomeação e renomeação da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, considerando o ato de nomear como um acontecimento enunciativo que transcende a mera atribuição de um rótulo a um objeto. “Do ponto de vista que considera a enunciação como acontecimento, poderíamos dizer que o nome próprio é um nome que em um acontecimento de enunciação refere um objeto único” (Guimarães, 2018, p. 173).

Ao considerar a relação entre designação e nomeação como uma interação entre enunciações, percebemos que cada nome atribuído à escola se torna memorável em suas temporalidades específicas. A renomeação, portanto, não é apenas uma mudança superficial de identificação, mas um processo dinâmico mais amplo inscrito na história da instituição ao longo do tempo.

No caso da relação entre designação e nomeação, o que se deve observar é uma relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas (Guimarães, 2017, p. 36).

Para entendermos o processo de nomeação e renomeação da unidade escolar, devemos levar em conta que



a nomeação de algo se dá no funcionamento semântico do acontecimento enunciativo que nomeia, esse acontecimento, constitutivo da língua, sujeito e história, instala uma temporalidade própria que constrói sentidos no funcionamento enunciativo do nome (Lara et al., 2018, p. 154).

Desse modo,

Devemos ainda levar em consideração o movimento designativo da nomeação no acontecimento. Não há uma estabilização semântica que marca a unicidade de sentido do nome, embora o funcionamento do nome se apresente, aparentemente, como de sentido uno. O relevo semântico, constitutivo de uma palavra, de um nome, no seu funcionamento, é sempre moveediço, a cada novo acontecimento enunciativo sentidos outros emergem (Lara et al., 2018, p. 154).

Ao nomear a escola ao longo dos anos, cada ato de enunciação cria um acontecimento específico que marca temporalidades distintas. Cada nome atribuído à escola não apenas se refere a um objeto único, mas significa o objeto na história da enunciação que o estabeleceu. A renomeação, por sua vez, não apaga o memorável do nome anterior.

Esta é uma das razões que nos levam a dizer que todo nome próprio significa, entre outras coisas, porque seu funcionamento significa sempre, na sua história de enunciations, a enunciação que o estabeleceu de algum modo (Guimarães, 2018, p. 176).

No caso da EEDIEB, a escolha do nome “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica” representa uma mudança significativa nos sentidos projetados



para a instituição. Esse nome significa uma nova proposta educacional, que privilegia a integração de modalidades de ensino e o atendimento a um público diverso, o que possibilita a superação do modelo anterior centrado exclusivamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A siglonimização pode ser compreendida como um processo de condensação linguística que ressignifica o nome original. No caso do CES, do CEJA e da EEDIEB, as siglas sintetizam mudanças na estrutura administrativa e na proposta pedagógica da escola. A transição de CES para CEJA e, posteriormente, EEDIEB representa uma mudança não apenas nominal, mas também na função social da instituição.

## 2.5 DA SIGLONIMIZAÇÃO

Outro aspecto levantado na análise foi a siglonimização do atual nome da unidade escolar EEDIEB por meio do Decreto nº 857, de 11 de março de 2021.

DECRETO Nº 857, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a utilização da sigla EEDIEB e a retificação de unidade escolar da Rede Pública Estadual que adiante menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso III, da Constituição Estadual e, tendo em vista o que consta no Processo nº 42547/2021,



DECRETA:

Art. 1º As unidades escolares de denominação ‘Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica, usarão a sigla EEDIEB’ (Mato Grosso, 2021b).

A siglonimização envolve a criação de novas palavras por meio da combinação das iniciais de palavras compostas. Esse processo de formação de siglas e acrônimos desempenha um papel significativo na organização linguística e na dinamização da comunicação dentro de contextos específicos, como instituições educacionais, órgãos governamentais e outros setores que requerem agilidade na comunicação.

A sigla é um tipo de abreviação formada pelas letras iniciais de uma expressão composta e, geralmente, representa uma instituição, conceito ou título técnico. Ela é utilizada para facilitar a comunicação, memorização e identificação de entidades ou conceitos de forma mais prática e eficiente, especialmente em contextos formais ou técnicos. Um exemplo clássico é a sigla “EEDIEB” (Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica), na qual as letras iniciais de cada palavra formam uma nova unidade linguística.

Por outro lado, o acrônimo é um tipo específico de sigla que, ao ser pronunciado, se transforma em uma palavra com som próprio, funcionando como uma unidade fonológica independente. Ou seja, enquanto a sigla é formada pelas letras iniciais e costuma ser pronunciada letra por letra (como “ONU” ou “EEDIEB”), o acrônimo é pronunciado como uma palavra



contínua. Exemplos de acrônimos incluem “NASA” (*National Aeronautics and Space Administration*) e “UNESCO” (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

A siglonimização, prática de criação de siglas e acrônimos, visa a tornar mais acessível e rápida a comunicação de conceitos ou entidades complexas, reduzindo a quantidade de palavras ou sílabas necessárias para se referir a algo. Esse processo não ocorre de maneira aleatória; ele é um processo regulado por práticas sociais, institucionais e políticas que determinam quais nomes devem ser encurtados e quais sentidos podem ser mobilizados por meio dessa redução.

Evocamos o estudo desenvolvido sobre o processo de siglonimização para nortear o estudo enunciativo sobre as siglas:

Nesse sentido, observamos que as siglas se diferem das abreviações e das abreviaturas, pois são consideradas como um processo de formação de palavras, ou seja, novas palavras surgem na língua sendo derivadas ou compostas por esse processo, ao passo que na abreviação e na abreviatura há apenas uma redução na forma gráfica de uma palavra que permanece com o mesmo sentido (Szubris *et al.*, 2018, p. 119-120).

No âmbito da Semântica do Acontecimento, a siglonimização pode ser aplicada na análise de nomes próprios de lugares, especialmente unidades escolares, demonstrando aspectos históricos, sociais e culturais relacionados à sua criação e identidade. Ademais, ela é compreendida como um processo que não apenas reduz um nome extenso a um



conjunto de letras, mas também altera sentidos, reposiciona instituições dentro do espaço público e pode ter implicações políticas, ideológicas e administrativas.

Diferentemente de abordagens que veem as siglas como meros atalhos linguísticos, a Semântica do Acontecimento propõe que a siglonimização opera na dimensão do memorável e pode tanto consolidar a existência de uma instituição quanto obscurecer sua historicidade. Assim, a siglonimização pode transformar a percepção social de um nome, inscrevendo-o em novos significados.

No caso da sigla EEDIEB, ela passou a designar a unidade escolar e a funcionar como seu nome próprio.

## **2.6 DA ARTICULAÇÃO, REESCRITURAÇÃO E A DIFERENÇA ENTRE RENOMEAÇÃO E REESCRITURAÇÃO**

Na Semântica do Acontecimento, os processos de articulação e reescritação são fundamentais para compreender como os sentidos são modificados e reorganizados no campo enunciativo. Segundo Guimarães (2018), esses processos são parte essencial da produção de sentidos, uma vez que reconfiguram o modo como elementos linguísticos e históricos são conectados.



A articulação e a reescritação permitem compreender como o processo de renomeação vai além de uma simples mudança administrativa. Essas práticas demonstram a dinâmica de reconfiguração dos sentidos em relação aos aspectos histórico e político.

A articulação se refere ao modo como os sentidos se organizam e se interligam no campo enunciativo. Na análise da constituição do nome da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, há uma relação de articulação, ou seja, a existência de uma consistência interna entre os elementos linguísticos que o compõem significa sua contiguidade e marca a relação entre o Locutor e seus dizeres, conforme preconiza Guimarães (2018, p. 84):

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relação de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com os textos em que estão enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos.

Conforme elaborado por Guimarães (2018, p. 81), existem três modos diferentes de como o enunciado se constitui: por dependência, coordenação e incidência.

A articulação por dependência se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento. [...] constituindo uma única unidade, um predicado,



e o funcionamento desta unidade é da mesma natureza [...]. A articulação de coordenação é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes. [...] A incidência é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo.

Além da articulação, há o procedimento de reescritação, no qual a enunciação rediz aquilo que já foi dito, criando novas interpretações, ou seja, é o procedimento pelo qual a enunciação diz de outra maneira, em um mesmo texto, aquilo que já foi dito anteriormente. A reescritação é uma relação transversal entre elementos de um texto que confere novos sentidos ao reescriturado e destaca sua complexidade semântica.

A reescritação é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescritação quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescrita X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescrita atribui (predica) sentido ao reescriturado. Uma característica fundamental da reescritação é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de articulação (Guimarães, 2018, p. 85).

Conforme apresentado por Guimarães (2018, p. 89-91), as relações de sentidos são produzidas pelas reescritações de:

- a) Sinonímia – [...] A reescritação apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga. O interessante a observar é que a reescritação por sinonímia acaba



por atribuir sentido (predicar) de um termo sobre o outro, o que mostra o movimento polissêmico da reescritação em geral e mesmo da sinônima. [...]. b) Especificação – o modo de relação por reescritação pode produzir uma relação de especificação como na substituição de sinais por signo [...]. Neste caso a reescritação claramente atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescrita. [...]. c) Desenvolvimento – Neste caso a enumeração que reescrita por expansão diferentes tipos de sinais é o que eles fazer produz um desenvolvimento do sentido da expressão reescriturada. [...]; d) Globalização ou Totalização – [...] A globalização se apresenta claramente como uma totalização no caso da reescritação de toda a sequência que vem no final [...], reescriturada por tudo. O totalizado/globalizador determina as partes totalizadas. Esta determinação do globalizador/totalizador sobre as partes totalizadas também se dá, no sentido inverso, por enumeração [...]. e) Definição – Uma reescritação por expansão a ser considerada especialmente é a que estabelece uma relação de definição entre a reescrita e o reescriturado.

A análise enunciativa dos nomes exige atenção aos processos de reescritação e articulação, categorias fundamentais na teoria de Guimarães (2018). A reescritação se refere à forma como os enunciados retomam e transformam sentidos anteriores, enquanto a articulação diz respeito às relações locais entre os elementos linguísticos em um enunciado.

Cabe ressaltar que a (re)nomeação e a reescritação não são processos isolados, mas sim interligados. A reescritação de um texto pode levar à (re)nomeação de conceitos ou

entidades, enquanto a (re)nomeação pode desencadear processos de reescritação.

A reescritação é um processo enunciativo mais complexo do que a simples renomeação. Ela envolve não apenas a troca de um nome, mas a reorganização do discurso que sustenta a instituição ou prática nomeada. Diferentemente da renomeação, a reescritação incide sobre a historicidade dos sentidos, alterando sua trajetória enunciativa.

Embora renomeação e reescritação sejam noções que, frequentemente, interagem no processo de produção de sentidos, elas apresentam distinções fundamentais. A renomeação se refere a uma alteração formal de designação, em que o nome de uma entidade é substituído por outro. Esse processo envolve a decisão consciente de introduzir uma nova denominação, com o objetivo de atualizar, adequar ou ressignificar a identidade de uma instituição, como, por exemplo, no caso da transição de CEJA para EEDIEB.

Por outro lado, a reescritação não altera necessariamente a designação formal, mas promove um redizer dos sentidos associados a um nome ou texto. Conforme Guimarães (2018, p. 85), “a reescritação é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito”, permitindo que novos significados sejam atribuídos sem que o nome propriamente dito seja modificado. Assim, enquanto a renomeação enfatiza a mudança na forma, a reescritação



opera na esfera do sentido, reinterpretando e reconfigurando o que já foi estabelecido.

A renomeação e a reescrituração são processos que se complementam na dinâmica enunciativa. A escolha de um nome e as mudanças de sentido associadas a ele podem indicar transformações na identidade da instituição.

Portanto, enquanto a renomeação se apresenta como um marco de ruptura formal, a reescrituração assegura a continuidade semântica, permitindo que o passado e o presente dialoguem na construção de uma identidade institucional renovada.

## **Capítulo 3**

---

# **DO FUNCIONAMENTO MORFOSSINTÁTICO, SEMÂNTICO- ENUNCIATIVO E O MEMORÁVEL**

A Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB), localizada em Cáceres, Mato Grosso, possui uma rica história marcada por diversas mudanças em sua denominação ao longo dos anos. Esta análise visa a compreender o processo de nomeação e renomeação da unidade escolar desde sua criação, em 1981, até a designação atual, estabelecida em 2021.

Analizar o processo de nomeação da atual escola EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo” a partir de uma posição teórica fundamentada na Semântica do Acontecimento, a qual adota uma concepção materialista e considera a linguagem como um trajeto indissociável da historicidade, permite-nos compreender, por meio da observação, o processo que historiciza as narrativas que constituíram e constituem a identidade dessa unidade escolar.

Para isso, a mobilização dos dois procedimentos analíticos se torna fundamental, pois nos permite examinar o funcionamento semântico-enunciativo das relações de sentido presentes nos recortes selecionados para, em seguida, analisar o funcionamento semântico-enunciativo do nome e o memorável que se constituiu a cada renomeação.

Na análise dos processos de nomeação e renomeação da escola, é possível perceber que, a cada mudança de nome, a escola não apenas se apresenta com uma nova identidade, mas também se insere em um novo contexto educacional, político e social. A transição para o nome Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica, por exemplo, não é apenas uma atualização administrativa, mas um acontecimento de enunciação que projeta um novo sentido social e pedagógico para a instituição. Esse nome significa que a escola segue um modelo mais abrangente e inclusivo, centrado no desenvolvimento integral dos alunos, que vai além do ensino básico tradicional e contemplando outras dimensões do processo educativo.

Nesse sentido, a análise efetuada a partir da nomeação e renomeação da unidade escolar, constituídas por Lei e Decretos publicados em diário oficial pelo Estado de Mato Grosso, considera a relação entre a língua nacional-oficial, a língua portuguesa do Brasil e o falante, sendo este agenciado politicamente.



### 3.1 DOS ATOS DE NOMEAÇÃO E RENOMEAÇÃO

Ao longo dos anos, a unidade escolar atualmente nominada como EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo” passou por sete atos administrativos, sendo seis de nomeação e renomeação e um de siglonimização.

Quadro 1 – Atos administrativos

Ato	Nome
Decreto nº 1.147, de 29 de junho de 1981	Centro de Estudos Supletivos de Cáceres
Lei nº 4.575, de 13 de julho de 1983	Centro de Estudos Supletivos Prof. Milton Marques Curvo
Decreto nº 3.370, de 13 de agosto de 1993	Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus Prof. Milton Marques Curvo
Decreto nº 1.826, de 11 de outubro de 2000	Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo
Decreto nº 1.933, de 13 de maio de 2009	Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo
Decreto nº 792, de 18 de janeiro de 2021	Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo
Decreto nº 857, de 11 de março de 2021	EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



Os atos administrativos<sup>16</sup> de nomeação e renomeação ocorreram por meio de Decretos ou Leis estaduais, e cada nomeação se deu em sua história.

Uma lei possui maior força normativa, uma vez que sua formulação requer a participação conjunta do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Em contrapartida, o decreto, embora tenha relevância na esfera administrativa, detém uma menor força normativa, pois não passa pelo escrutínio e aprovação legislativa. Sua elaboração e implementação são de responsabilidade exclusiva do presidente, governador ou prefeito, conforme o caso.

Apesar de renomeada diversas vezes, a escola permanece no mesmo lugar, com a mesma estrutura física, pedagógica e administrativa. A mudança de nome significa, portanto, um novo acontecimento enunciativo, que ressignifica a identidade da escola dentro de um espaço simbólico, sem alterar as suas condições materiais.

Essas nomeações e renomeações da unidade escolar ao longo dos anos não representam meras mudanças administrativas, mas constituem novos sentidos para a escola, o que lhe confere uma nova identidade social e cultural. Mesmo

---

16 Ato administrativo, em sentido estrito, é definido como: [...] declaração unilateral do Estado no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante comandos concretos complementares da lei (ou excepcionalmente, da própria Constituição, aí de modo plenamente vinculado) expedidos a título de lhe dar cumprimento e sujeitos a controle de legitimidade por órgão jurisdicional (Bandeira de Mello, 2004, p. 358). Disponível em: [https://jus.com.br/artigos/60926/ato-administrativo-origem-conceito-requisitos-vinculacao-discretionariedade-e-merito#google\\_vignette](https://jus.com.br/artigos/60926/ato-administrativo-origem-conceito-requisitos-vinculacao-discretionariedade-e-merito#google_vignette). Acesso em: 24 abr. 2024.



que a escola continue situada no mesmo local, a renomeação significa uma nova realidade para a instituição.

A escola foi mudando de nome para atender às novas demandas educacionais e políticas, mas sua localização e suas funções se mantiveram em grande parte consistentes, demonstrando o papel da linguagem na constituição do “novo” enquanto parte de um processo contínuo de significação.

Ao longo do período analisado, constatamos a existência de seis atos nominativos, decretados pelo Governo do Estado de Mato Grosso entre os anos de 1981 e 2021. Esses atos, além de delinearem a identidade oficial da instituição educacional em questão, apresentam as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas ao longo do tempo. Cabe destacar ainda que a última renomeação, como Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”, foi a única que teve conjuntamente publicadas a criação e a denominação.

## 3.2 CENA ENUNCIATIVA DOS ATOS

Na nomeação e renomeação de uma unidade escolar, a configuração da cena enunciativa demonstra como o acontecimento toma o falante pelo lugar social em que ele está inserido. Pensar a posição do sujeito no processo das nomeações das instituições públicas é enunciar de uma posição político-administrativa, como o lugar de governador.



O lugar social de dizer é o de governador, pois se trata de um alocutor agente com autoridade administrativa e legislativa.

A autoridade do governador de um estado ao decretar algo não deriva apenas de sua identidade individual, mas de sua posição institucional como alocutor-governador, representando um lugar social de Locutor. Ao assumir a palavra para decretar, o governador não o faz simplesmente como um indivíduo falante de português, e sim como alguém investido de autoridade e legitimidade para agir em nome desse estado.

Essa distinção é crucial para entendermos como a enunciação ocorre em um espaço sociopolítico mais amplo. O Locutor governador, ao falar em língua portuguesa, não apenas emite um decreto, mas também reforça e incorpora os valores e as normas associados à sua posição de liderança política, na língua nacional oficial. Assim, o ato de decretar só é possível na medida em que o locutor se constitui como um lugar social de alocutor-governador, ou seja, como alguém que ocupa uma posição específica na estrutura social e política.

E, ao publicar um decreto de nomeação ou renomeação, o lugar de dizer se impõe como uma verdade para todos e para sempre, caracterizando a figura do enunciador (E) universal. Nesse contexto, a nomeação ou renomeação assume um caráter incontestável, consolidando-se como a oficialização da identidade institucional da escola.

Em todos os documentos analisados, a cena enunciativa é a mesma. O Locutor, agenciado a dizer a partir da posição

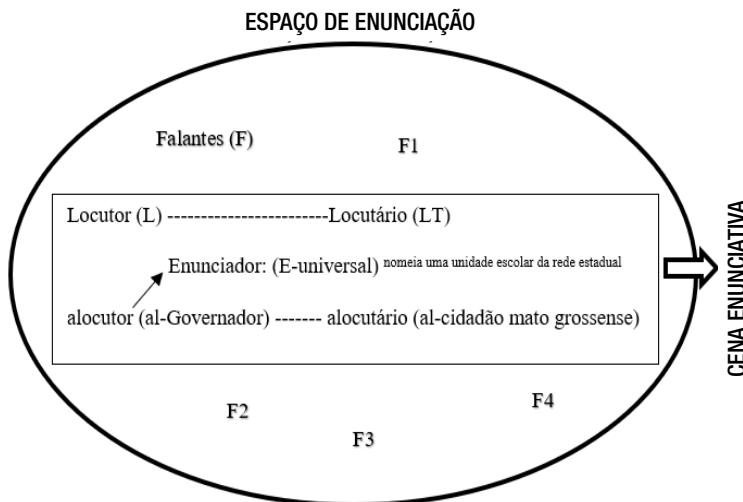


de sujeito jurídico-administrativo, está dividido em um locutor-oficial (da administração pública do Estado de Mato Grosso), enquanto lugar social que enuncia, e um enunciador-universal.

Relembreamos que a cena enunciativa das nomeações e renomeações da unidade escolar ocorrem no espaço de enunciação da língua oficial do Estado, a língua nacional.

Nos atos de nomeação escolar da rede estadual, o alocutor é o Estado por meio do governador, que, ao emitir leis e decretos, projeta uma visão institucional alinhada às suas diretrizes políticas.

Figura 9 – Espaço de enunciação e Cena Enunciativa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Portanto, a análise da cena enunciativa possibilita demonstrar como a nomeação de uma unidade escolar da rede estadual é um agenciamento pelo qual o acontecimento toma o falante como Locutor e agenciado pelo lugar social (o de governador) em que ele está dizendo o que diz. Esse lugar é o modo como o falante é tomado pelo acontecimento.

A renomeação não apenas distingue a escola no contexto político-administrativo, mas também projeta novos sentidos que dialogam com as memórias preservadas de suas nomeações anteriores. Por meio desse processo, os nomes anteriores não são apagados, mas incorporados como memoráveis que continuam a influenciar a identidade institucional. Nessa perspectiva, ao nomear algo, criamos um acontecimento enunciativo que o inscreve no mundo e o torna passível de ser rememorado e ressignificado.

### 3.3 ANÁLISE MORFOSSINTÁTICA DO NOME

A estrutura morfossintática da nomeação da escola revela uma relação entre os elementos que a compõem e os sentidos produzidos por eles. A análise de cada sintagma nos permite compreender como os nomes designam não apenas a escola, mas também suas funções, sua identidade e sua relação com a sociedade.

No caso da unidade escolar, o sentido do nome é atribuído não pelo conjunto isolado de palavras que o compõem, mas



pela integração das palavras que o constituem. O nome da unidade escolar “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo” traz um conjunto de expressões que, ao se articularem, formam uma unidade de sentido. Desse modo, o detalhamento morfossintático do nome da escola nos permite compreender que esse nome funciona de forma diferente de outros nomes próprios, tal como podemos analisar em sua estrutura a seguir:

O substantivo “Escola” é o núcleo da formação nominal, ou seja, é o nome comum que é modificado pelo adjetivo “Estadual”, que qualifica “Escola”. A preposição “de” introduz o complemento que especifica o tipo de escola “Desenvolvimento Integral da Educação Básica”.

Na formação nominal<sup>17</sup> “de Desenvolvimento Integral da Educação Básica”, as expressões “de Desenvolvimento Integral” e “da Educação Básica” são essenciais para a especificação e qualificação da escola.

Já a formação nominal “Prof. Milton Marques Curvo” se refere a um nome próprio de pessoa determinado por titulação. É um aposto especifcativo, que atua identificando e especificando a escola. Assim, a estrutura morfossintática geral da formação nominal demonstra como essas designações vão convergindo na estrutura e determinando sentidos para um nome próprio, como o desta unidade escolar.

---

17 Conceito estabelecido em Dias (2018).

Quadro 2 – Estrutura morfossintática do nome da escola

Palavra	Classe Gramatical	Função Sintática
Escola	Substantivo feminino	Núcleo do nome
Estadual	Adjetivo	Convergente adjetival
de	Preposição	Elemento articulador
Desenvolvimento	Substantivo masculino	Núcleo do nome
Integral	Adjetivo	Convergente adjetival
da	Preposição	Elemento articulador
Educação	Substantivo feminino	Núcleo do nome
Básica	Adjetivo	Convergente adjetival
Professor	Substantivo masculino	Titulação
Milton	Substantivo próprio masculino	Nome Próprio
Marques	Substantivo próprio masculino	Nome Próprio
Curvo	Substantivo próprio masculino	Nome Próprio

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

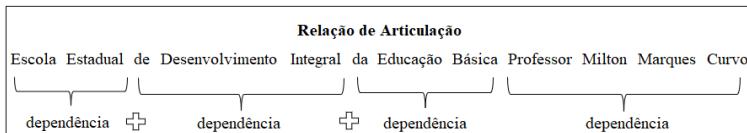
O atual nome da escola apresenta uma estrutura complexa, composta por três grupos articulados, o que evidencia uma organização estrutural que integra diferentes elementos da formação nominal. A análise morfossintática detalhada do nome da unidade escolar nos permite uma compreensão de sua estrutura e de seu significado.

A formação nominal “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica” é um nome composto que se refere a um tipo específico de escola pública no Brasil. A expressão Escola Estadual indica que a instituição pertence à rede pública estadual de ensino. A expressão “de Desenvolvimento Integral” está vinculada a uma política

educacional que busca uma formação que transcenda o ensino formal e abranja não apenas os aspectos acadêmicos, mas também o desenvolvimento social, emocional e cultural dos alunos. A expressão “da Educação Básica” especifica o nível de ensino oferecido pela escola, ou seja, a oferta de atendimento, que pode ser desde a educação infantil ao ensino fundamental e ao médio. Entretanto, pela condição de escola estadual, esta se limita ao atendimento do ensino fundamental e médio. O nome “Prof. Milton Marques Curvo” homenageia um importante educador e figura histórica local e uma das famílias proeminentes da cidade de Cáceres.

Esse detalhamento nos permite observar os elementos constitutivos do nome, bem como as relações de articulação que organizam a estrutura da formação nominal, conforme representado abaixo:

Figura 10 – Relações de articulação



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Cada elemento do nome desempenha um papel específico na construção do sentido global da expressão, agregando as características institucionais, pedagógicas e históricas da escola. A compreensão dessa estrutura contribui para a apreensão do significado pleno do nome e de sua importância na identificação e na memória social da instituição.

### 3.4 O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO

A Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida por Eduardo Guimarães (2017), comprehende que a nomeação se dá em um acontecimento enunciativo que instaura sentidos para o objeto nomeado. Nesse sentido, a modificação nominal da escola em questão significa as transformações nas práticas educacionais, os valores institucionais e as expectativas sociais ao longo do tempo.

As práticas de nomeação de unidades escolares, assim como as nomeações de ruas, são fenômenos linguísticos que significam e ressignificam o traçado histórico dessas instituições. Conforme estabelece Guimarães (2017, p. 63), “a enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação”.

A mudança no nome de uma unidade escolar não é um mero ato administrativo, mas um processo que envolve a construção e reconstrução de sentidos, significando, no nome, as transformações sociais, culturais e políticas ao longo do tempo.

Ao longo dos anos, a Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” passou por várias mudanças em sua designação – cada uma significando de um modo distinto. A análise semântica e enunciativa dessas mudanças permite compreender como a linguagem atua na construção da identidade da instituição e na preservação de sua memória histórica.



Essas mudanças no perfil da escola mobilizaram as renomeações ao longo de sua história: 1981 – Centro de Estudos Supletivos de Cáceres (CES); 1983 – Centro de Estudos Supletivos Prof. Milton Marques Curvo (CES); 1993 – Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus Prof. Milton Marques Curvo (EESPG)<sup>18</sup>; 2000 – Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo (EE); 2009 – Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo (CEJA); e 2021 – Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo (EEDIEB).

A análise dos atos de nomeação e renomeação da unidade escolar demonstra a constituição dos nomes nos acontecimentos do dizer. Cada nome atribuído à instituição – desde “Centro de Estudos Supletivos” até “EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo” – possui sentidos específicos, configurados por sua historicidade e pelos conflitos políticos e sociais do momento de enunciação.

Em 1981, a escola foi, inicialmente, nomeada como Centro de Estudos Supletivos de Cáceres (CES), o que já inscreveu a instituição em um acontecimento específico que enuncia o ensino supletivo como uma modalidade voltada para a educação de jovens e adultos (EJA). O nome, portanto, articula sentidos relacionados às necessidades educacionais daquele período e às políticas públicas voltadas à recuperação da escolarização para adultos, além da política educacional

---

18 Sigla usual dos cidadãos, não formalizada institucionalmente por ato administrativo.

de valorização da educação supletiva e, em particular, a necessidade de dar visibilidade e acesso à educação para aqueles que haviam interrompido seus estudos.

A designação inicial como “CES” articula, em sua formação, o papel da escola como um centro de educação supletiva. Assim, a escolha do nome “Centro de Estudos Supletivos de Cáceres” integra a instituição ao campo do ensino a jovens e adultos, movimento já reconhecido pela política educacional. Esse ato inaugural não apenas identificou a escola, como também estabeleceu uma função e um sentido social para a instituição, articulados às questões políticas e históricas decorrentes do regime ditatorial e da reestruturação estabelecida pela LDB (Lei nº 5.692/71).

Na primeira renomeação, ocorrida em 1983, a alteração do nome “de Cáceres” pela homenagem ao “Prof. Milton Marques Curvo” associada ao nome original do “Centro de Estudos Supletivos de Cáceres” implica uma valorização simbólica do legado de um indivíduo de grande importância para a educação regional. Essa mudança não apenas personaliza a instituição, individualizando-a dos demais Centros de Estudos Supletivos criados à época, como também reforça a identidade vinculada ao nome do professor, destacando a sua relevância no contexto educacional.

A ampliação da abrangência da instituição para além dos limites municipais ocorre em razão da trajetória do professor Milton Marques Curvo como Delegado Regional de Ensino,

função que lhe conferia competência para atuar em toda a região. Assim, ao nomear a escola com o nome do professor Milton, a enunciação do novo nome reflete o reconhecimento de seu papel histórico e a reconfiguração da instituição como um polo de referência regional no atendimento a jovens e adultos. Essa renomeação marca um deslocamento do caráter inicialmente municipal da escola para uma percepção mais ampla de sua atuação e a consolida como um espaço educacional cujas influências e impactos ultrapassam os limites do município de Cáceres.

A segunda renomeação, sucedida em 1993, altera o termo “Centro de Estudos Supletivos” para “Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus” e amplia a visão da instituição, agora explicitamente associada à rede estadual de ensino. A inclusão da expressão “Escola Estadual” confere um caráter mais formal e institucional à unidade, destaca seu vínculo com o sistema educacional estadual e aumenta seu escopo de atuação. Além disso, a especificação de “1º e 2º Graus” define claramente os níveis de ensino oferecidos pela escola, o que torna sua missão educacional mais precisa. Essa mudança sugere um esforço em estruturar a escola de forma mais sistemática e alinhada com as categorias formais de ensino, ao mesmo tempo que mantém a homenagem ao professor Milton Marques Curvo e preserva a referência ao legado da figura homenageada.

A terceira renomeação, ocorrida em 2000, relaciona a nova perspectiva da política educacional de simplificação



e uniformização das denominações das escolas estaduais, conforme as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os decretos estaduais, segundo os quais houve uma mudança significativa na denominação das unidades escolares de Mato Grosso. A transformação da “Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus Prof. Milton Marques Curvo” para a “Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo” unifica o nome das escolas estaduais com a remoção das especificidades “de suplência” e “1º e 2º Graus”. Houve o apagamento de elementos que antes estavam atrelados à perspectiva de ensino supletivo e suplência, o que possibilita a mudança no foco pedagógico e na estrutura da educação pública.

Essa mudança foi parte de uma reforma mais ampla, que visava a simplificar e uniformizar a nomenclatura das escolas estaduais, além de enfatizar o vínculo com o estado e manter a homenagem ao professor Milton Marques Curvo. Essa mudança, implicada pela simplificação da nomenclatura, garantiu, como consequência, que todas as escolas estaduais tivessem uma denominação uniforme, e isso impactou, também, seu reconhecimento como parte do sistema formal de ensino estadual.

A criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) “Prof. Milton Marques Curvo”, em 2009, representou uma mudança fundamental na estrutura educacional da unidade. Embora o espaço físico, o corpo docente e a homenagem ao professor Milton Marques Curvo tenham



permanecido, a mudança para o formato de CEJA indicou uma reconfiguração da proposta pedagógica.

O CEJA se destacou por oferecer um ensino da EJA de forma mais flexível e adaptada, permitindo que os alunos iniciassem e concluíssem seus estudos ao longo do ano letivo de acordo com a carga horária por área do conhecimento e por disciplina. Essa mudança buscou uma educação mais flexível e contínua, voltada às necessidades de um público diversificado, com diferentes ritmos e histórias de vida. Além disso, a criação do CEJA ampliou seu alcance para abranger toda a região e estabeleceu uma identidade própria para a modalidade EJA, separando-a da educação regular e reconhecendo-a como uma oferta distinta dentro do sistema educacional estadual.

Em 2021, a renomeação para Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB) representa uma reestruturação da identidade da escola, assim como de sua proposta pedagógica e de seu papel dentro da política educacional estadual, demonstrando o movimento contínuo de readaptação e ampliação dos sentidos da educação no estado.

A renomeação da “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo” é emblemática por indicar uma reconfiguração institucional e pedagógica, que substitui o modelo de CEJA pelo de EEDIEBs. Ao contrário dos CEJAs, que se concentravam na oferta da EJA, as EEDIEBs passaram a integrar diferentes modalidades



de ensino (ensino regular e EJA) em um único espaço, com ênfase no atendimento a públicos diversos. Essa mudança não se limitou ao nome da escola; reverberou na reestruturação da proposta pedagógica por incluir a oferta de novas modalidades e ampliar o acesso à educação para jovens e adultos que não haviam concluído sua escolarização na idade regular.

A inclusão da expressão “desenvolvimento integral” e da sigla EEDIEB, agora regulamentada, significa uma proposta educacional mais abrangente e inclusiva, visto que passa a oferecer uma proposta curricular de desenvolvimento integral, que não se limita à educação de jovens e adultos, uma vez que incorpora modalidades de ensino regular, com foco em um atendimento mais holístico e completo. A escolha por essa nova denominação também significa uma mudança na política linguística, que passa a incorporar termos mais inclusivos e amplos. O novo nome apresenta uma mudança substancial na organização e nos objetivos educacionais da escola e visa a atender a um público mais amplo, o que não apenas inclui aqueles que já haviam interrompido os estudos, mas também oferece novas possibilidades pedagógicas para a comunidade.

A sigla EEDIEB passou a ser adotada, oficialmente, para todas as escolas estaduais que adotassem o novo modelo de desenvolvimento integral. Tal adoção repercutiu na institucionalização do modelo, e a sigla se tornou uma forma de identificação das escolas que seguiam essa proposta pedagógica mais abrangente e integrada. Essa medida proporcionou uma maior integração entre diferentes



faixas etárias e modalidades de ensino, além de responder a demandas sociais específicas.

Ao longo dos anos, cada renomeação da escola configurou novos acontecimentos enunciativos, nos quais o nome atribuído passou a significar no interior de novas condições históricas e sociais. Por exemplo, a transição para EEDIEB, em 2021, expressa a ampliação das práticas pedagógicas da instituição, agora voltadas ao “desenvolvimento integral”. Nesse contexto, o ato de renomear performa uma nova realidade institucional e projeta novos sentidos para o futuro da escola, ao mesmo tempo que resgata elementos do passado, como a homenagem ao professor Milton Marques Curvo.

A renomeação da escola para EEDIEB, em 2021, marca um novo capítulo em sua história: reforça o caráter educativo da instituição (escola); indica a vinculação da escola à rede pública estadual de ensino; garante o acesso gratuito à educação (estadual); e enfatiza a abordagem holística da educação oferecida, que vai além da mera instrução e busca o desenvolvimento completo do indivíduo em suas diversas dimensões – física, intelectual, social, emocional e cultural (desenvolvimento integral). Ademais, a renomeação da escola se refere à etapa fundamental da educação formal, que garante a formação básica do cidadão e o prepara para o prosseguimento de seus estudos ou para o ingresso no mercado de trabalho (educação básica) e, ainda, homenageia um educador que deixou um legado marcante na comunidade local (Professor



Milton Marques Curvo) e uma família proeminente da cidade de Cáceres.

A última renomeação da escola, para “EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo”, não apenas reafirma a memória e a identidade da escola, como também insere uma promessa de transformação no espaço educacional. Guimarães (2017) descreve esse movimento como latência de futuro, em que o presente do acontecimento recorta o memorável e, simultaneamente, abre caminhos para novas enunciações, construindo sentidos prospectivos.

A partir da Lei e dos Decretos Estaduais de nomeação e renomeação, é possível perceber o funcionamento dos procedimentos de articulação e reescriturações. Tomemos o atual nome da escola, criado pelo Decreto nº 792, de 18 de janeiro de 2021, e a sigla criada pelo Decreto nº 857, de 11 de março de 2021:

[R1]

**Art. 1º** Fica criada a unidade escolar denominada **Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo”**, que funcionará no município de **Cáceres** (Mato Grosso, 2021a, p. 7, grifo nosso).

[R2]

**Art. 1º** As unidades escolares de denominação ‘Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica, usarão a sigla EEDIEB.’ (Mato Grosso, 2021b, p. 9).



Nessa perspectiva, no nome da escola descrito em [R1], Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo, estão presentes as seguintes formas de articulação:

A articulação por dependência, presente nos enunciados “Escola Estadual” + “de Desenvolvimento Integral” + “da Educação Básica”, possui elementos que se vinculam constituindo uma única unidade ou grupo nominal ao se articularem, formam outro elemento. Já a expressão “Prof. Milton Marques Curvo”, mesmo sendo um aposto especificativo, articula-se por dependência, constituindo-se como um predicado.

É estabelecida uma relação de articulação por contiguidade entre “Desenvolvimento Integral” e “Educação Básica”, de um lado, e “Desenvolvimento Integral da Educação Básica” e “Prof. Milton Marques Curvo”, de outro, especificando o campo de atuação e o homenageado, respectivamente.

Verificamos em [R2], que a sigla EEDIEB renomeia por siglonymização<sup>19</sup> “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica” e também por substituição a “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo” [R1]. No que tange à permanência da parte final do nome, a formação nominal “Prof. Milton Marques Curvo” rediz a história e reafirma a função social do patrono. A história desse professor e a sua contribuição para a educação

---

19 Sobre siglonymização, ver seção 2.5.



são recortadas como memoráveis a cada renomeação da escola.

Vale ressaltar a distinção entre o nome de escola e o nome próprio de pessoas:

c) Uma questão importante é que no nome próprio de pessoa, o nome é uma especificação, particularização, sobre o sobrenome (o nome da família). Por exemplo em R. Antonio Carlos Nogueira, Antonio Carlos especifica alguém dos Nogueiras.

Mas quando Antonio Carlos Nogueira passa a ser o nome de uma rua, em Cosmópolis, Antonio Carlos não é mais uma especificação de um Nogueira. É uma nomeação de uma via urbana por Antonio Carlos Nogueira como **uma unidade a partir da unicidade** do ‘Antonio Carlos’ dos ‘Nogueiras’. Antonio Carlos deixa de especificar um Nogueira para que Antonio Carlos Nogueira nomeie uma rua (Guimarães, 2017, p. 66-67, grifo nosso).

Retomando o primeiro nome dado à unidade escolar e suas renomeações ao longo do tempo, temos a primeira nomeação da escola como Centro de Estudos Supletivos de Cáceres:

[R3]

Re-ratifica o Decreto nº 1.102, de 08.06.81, publicado no DO de 09.06.81

[...]

Art. 1º - Fica criado e denominado o CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DE CÁCERES (Mato Grosso, 1981b, p. 6-7).



Com a criação do Centro de Estudos Supletivos em Cáceres, a unidade escolar passa a ser referência em toda a região, centralizando o atendimento aos alunos da educação de jovens e adultos, na época ensino supletivo. Dois anos após, ocorre uma especificação do nome da unidade escolar:

[R4]

Art. 1º Denomina-se Centro de Estudos Supletivos Prof. Milton Marques Curvo, a unidade de ensino supletivo que se encontra em funcionamento na cidade de Cáceres (Mato Grosso, 1983, p. 1).

A inclusão da homenagem ao Prof. Milton Marques Curvo na nomeação da unidade escolar é o que especifica, determina a unidade escolar em relação às outras já criadas à época. Traz consigo uma determinação política ao incluir o nome de uma pessoa com influência política e de família abastada.

No período entre 1981 e 1983, a unidade escolar foi identificada pelos municípios de Cáceres e região somente pela sigla CES.

Ao tomarmos as outras nomeações e renomeações da unidade escolar, observamos:

[R5]

Art. 1º - Ficam alteradas as denominações dos Centros de Estudos Supletivos, Núcleos de Educação Permanente e Núcleos de Estudos Supletivos, que oferecem Educação Supletiva para Jovens e que foram criados pelos Decretos 2313/74, 2313/74, **1174/81<sup>20</sup>**, 334/83, 2141/86,

---

20 Registramos aqui um erro de tipografia na publicação do Diário Oficial. Onde se lê 1174/81, leia-se 1147/81.



579/89, 1420/89, 3119/91, 2883/90, 3120/91, 1085/91, 1091/91, 3100/01, 3102/91 e 12222/92, conforme anexo.

**PARAGRAFO ÚNICO** – As unidades Escolares de que trata este Decreto passam a ser assim denominadas “Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus”, acrescido com o nome do patrono, para que possuem, e as demais serão colocados a posterior (Mato Grosso, 1993, p. 1, grifo nosso).

[R6]

Art. 1º - As instituições de Educação Básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual, passam a denominar-se apenas ESCOLA ESTADUAL, acrescentando-se em seguida o nome da pessoa, sigla, datas memoráveis ou nome de fantasia, já constante no seu respectivo ato de criação (Mato Grosso, 2020, p. 1).

[R7]

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação de jovens e Adultos-CEJA “Prof. Milton Marques Curvo”, com sede no município de Cáceres/MT (Mato Grosso, 2009, p. 8).

Verificamos que no Decreto 1174/81 [R5], há uma renomeação por substituição do nome Centro de Estudos Supletivos Milton Marques Curvo [R4].

A primeira denominação, Centro de Estudos Supletivos, define o objetivo da unidade para o ensino supletivo voltado a jovens e adultos, com a sigla CES sendo usada regionalmente como um termo de identificação. A sigla CES estabelece uma relação de contiguidade com o termo “Supletivo” ao centralizar as especificidades desse tipo de ensino. A inclusão do nome



do patrono Prof. Milton Marques Curvo, nesta renomeação, introduz um elemento de especificação e prestígio, destacando a influência política e social do homenageado.

Em [R6], a expressão “As instituições de Educação Básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual” renomeia por expansão o nome Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus Prof. Milton Marques Curvo [R5], bem como todos os outros recortes analisados [R1], [R2], [R3], [R4], [R6] e [R7], pois todos eles se referem à instituição de ensino da Educação Básica, criada e mantida pelo Estado de Mato Grosso.

Ainda em [R6], ao renomear todas as unidades escolares como “escola estadual”, essa hegemonização da parte inicial do nome significa um apagamento das especificidades, modalidades e etapa de ensino que distinguiam as unidades escolares dentro da rede estadual de ensino.

Em [R7], embora aparente haver ruptura nos processos de renomeação da unidade escolar com a criação de uma nova unidade escolar, a análise demonstra que [R7] retoma [R5] ao trazer a mesma especificação (Prof. Milton Marques Curvo) e permanecer localizada no município de Cáceres, mesmo local das nomeações antecessoras, tal como em [R1].

A análise nos permite concluir que a expressão “As instituições de Educação Básica, criadas e mantidas pelo Poder Público Estadual” reescrita por sinonímia as expressões:



“Escola Estadual”, “órgão estadual”, “da rede pública estadual” e “instituição de ensino”.

A expressão “Escola Estadual” indica que a instituição pertence à rede pública estadual de ensino e significa a sua vinculação ao sistema educacional do estado. O termo “escola” evoca um espaço formal de ensino, enquanto “estadual” delimita sua esfera de atuação e gestão pública. Da mesma forma, as expressões “Supletivo” e “Educação de Jovens e Adultos” são reescriturações por substituição. Já a renomeação também ocorre por especificação quando há utilização das expressões “Desenvolvimento Integral da Educação Básica” e “1º e 2º Graus”.

Em que pese a aparente uniformidade das expressões “Escola” e “Centro de Estudos/Centro de Educação”, há uma ambiguidade de sentido, pois a Suplência e a Educação de Jovens e Adultos só atendem alunos acima de 15 anos no ensino fundamental e 18 no ensino médio. A expressão Centro contida nos nomes da escola se refere a uma questão regionalizada, ou seja, é a escola da região de Cáceres que atende a esta especificidade, a esta modalidade de ensino.

Ao longo dos anos, a instituição passou por diversas transformações: expandiu seu foco, transformou o atendimento antes Supletivo em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ampliou a oferta ao ensino “regular” e EJA, além de atender às especificidades dos imigrantes, refugiados e alunos do sistema prisional.



Ao renomear a unidade escolar, como no caso da EEDIEB, ocorre uma substituição nominal e uma reconfiguração dos sentidos históricos e institucionais associados àquele nome. Por exemplo, ao adotar a denominação “Desenvolvimento Integral da Educação Básica”, a reescrita constrói uma nova narrativa que inclui perspectivas contemporâneas de inclusão e integração educacional, reinterpretando as memórias vinculadas aos nomes anteriores.

O detalhamento do nome Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” reforça o caráter de apagamento do nome anterior e propõe um distanciamento da especificação da escola enquanto um espaço que atendia a Educação de Jovens e Adultos.

O nome Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” integra múltiplos sentidos: expressa o papel da escola como uma instituição pública estadual voltada para a formação integral dos alunos, situada dentro da educação básica e enraizada na memória de uma figura educacional relevante. Esses elementos formam um conjunto de determinações que articulam as funções institucionais, os ideais pedagógicos e a identidade histórica, permitindo que o nome da escola seja compreendido como um acontecimento linguístico que produz sentido em sua história de nomeação.



### 3.5 O MEMORÁVEL NA NOMEAÇÃO DA ESCOLA

A noção de memorável (Guimarães, 2018) nos permite compreender que as renomeações anteriores da escola não foram apagadas, mas permanecem como parte da história da instituição. A manutenção do nome Milton Marques Curvo ao longo das nomeações demonstra que há uma inscrição de sentido que ultrapassa a simples formalidade administrativa e reforça a identidade da escola dentro de sua comunidade.

A teoria de Guimarães (2017) destaca a importância do memorável na constituição dos nomes. O processo de nomeação e renomeação da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo ilustra como a memória social e institucional se presentifica nos nomes.

O memorável, como já delineado, não é uma simples referência ao passado, mas a marca de um acontecimento anterior; é como uma cicatriz num corpo: não é ela que o define, mas ela se faz presente e está grafada nele.

No caso das nomeações e renomeações da unidade escolar em análise, o memorável transcende a mera designação de um nome. Envolve o sentido das enunciações passadas que se manifestam no ato de nomear no presente, possibilitando novas enunciações futuras. Esse processo contínuo retoma e incorpora um conjunto de histórias, imbuindo a escola de significado no cenário nacional, estadual e municipal.



Cada nomeação, renomeação e sigla criada para identificar a escola representa um acontecimento distinto que recorta seu passado e prospecta seu futuro de maneiras diversas. O processo contínuo de nomeação e renomeação articula elementos históricos e sociais que contextualizam e enriquecem o significado da instituição ao longo do tempo.

1) 1981: Centro de Estudos Supletivos de Cáceres (CES)

A criação inicial da unidade escolar sob o nome “Centro de Estudos Supletivos de Cáceres” aponta para uma época em que a oferta de ensino supletivo visava a atender a uma demanda por escolarização tardia, sobretudo para adultos que não haviam completado o ensino básico. Este nome articula a função primordial da instituição: fornecer um ensino complementar ou “supletivo” àquele que deveria ter sido concluído na juventude.

2) 1983: Centro de Estudos de Supletivos Prof. Milton Marques Curvo (CES)

A inclusão do nome de um patrono local, “Prof. Milton Marques Curvo”, especificou e homenageou uma figura influente na comunidade. Essa adição demonstra que a enunciação do nome da escola é dada a partir de outra já dita, integrando a história e a influência de Milton Marques Curvo, ligado à atividade política e advindo de uma família de prestígio do município de Cáceres. Esse ato homenageia uma



figura significativa na comunidade, estabelece uma conexão simbólica e enunciativa entre a instituição e o legado do professor homenageado. A inclusão do nome próprio qualifica a instituição e potencializa o reconhecimento e a memória social associada a ela.

- 3) 1993: Escola Estadual de Suplência de 1º e 2º Graus  
Prof. Milton Marques Curvo (EESPG)

Este nome reconfigura, no âmbito educacional, a abrangência dos níveis de ensino oferecidos pela instituição (1º e 2º graus), ao mesmo tempo que mantém a homenagem ao Prof. Milton Marques Curvo. Tal mudança indica um processo de ampliação e formalização da oferta educativa, posicionando a escola como um agente mais estruturado no sistema educacional estadual.

- 4) 2000: Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo (EE)

A simplificação do nome para “Escola Estadual Prof. Milton Marques Curvo” manteve a homenagem ao patrono e pode ser interpretada como um movimento de generalização e estabilização do papel da escola, agora consolidada como uma instituição educacional fundamental no município de Cáceres, cuja referência ao ensino supletivo é desnecessária no nome.

- 5) 2009: Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo (CEJA)



O ajuste para “Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo” trouxe a inclusão de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo a uma demanda educacional específica e significativa. Esta denominação significa uma reorientação explícita para o público-alvo composto por jovens e adultos, reafirmando a missão da escola em oferecer educação inclusiva e adaptada às necessidades de quem não pôde concluir seus estudos na idade regular.

- 6) 2021: Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo

A nomeação “Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica Prof. Milton Marques Curvo” enfatizou um enfoque holístico no desenvolvimento educacional, adaptando-se às necessidades contemporâneas de educação básica e integrando um conceito de desenvolvimento integral dos alunos. Essa mudança propôs uma nova concepção pedagógica, voltada para o desenvolvimento integral dos alunos e a oferta completa da educação básica.

- 7) 2021: EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo

A introdução da sigla “EEDIEB” para a escola visou a facilitar a referência institucional e a comunicação, especialmente em documentos oficiais e comunicações administrativas. A sigla EEDIEB sintetiza a identidade institucional de forma concisa e eficiente.



No caso da EEDIEB, a nomeação desloca a instituição do campo da EJA e a reinscreve dentro de um modelo de educação integral, o que implica uma mudança de perspectiva sobre os alunos atendidos e sobre a função social da escola. Esse deslocamento não apaga completamente o memorável dos nomes anteriores, mas reconfigura a forma como eles são percebidos dentro da historicidade do dizer.

Os atos de nomeação e renomeação da EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo constituem uma narrativa enunciativa que articula memória, identidade e mudança. Ao projetar sentidos que dialogam com o passado, o presente e o futuro, esses atos exemplificam a dinâmica da significação na linguagem, como proposta pela Semântica do Acontecimento. A análise enunciativa desses processos permite compreender como a escola se reinscreve no espaço social e histórico de Cáceres, reafirmando seu papel como instituição educacional e espaço de construção de identidade coletiva.

Figura 11 – Nomeação e renomeações



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A cada nova nomeação, observamos o que esse nome rememora e significa, ou seja, as relações de sentidos que o nome da escola estabelece com a própria instituição. As nomeações incorporam elementos de seus predecessores enquanto introduzem novas direções e enfoques. Isso

demonstra a fluidez e evolução da instituição ao longo do tempo.

Cada designação da escola traz consigo memórias e sentidos que se entrelaçam com a história da instituição e da comunidade. Os nomes da escola também significam mudanças históricas e sociais mais amplas. Cada novo nome marca um momento distinto no desenvolvimento educacional do estado e do país, capturando as transições de foco – de um ensino supletivo voltado para a conclusão dos estudos básicos à educação integral e inclusiva, alinhada às novas demandas pedagógicas e sociais.

O que se pode ver é que a designação dos nomes de rua se constitui pelo processo de suas nomeações, em que opera a relação de enunciação contidas em outras enunciações. [...] Ou seja, a análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento (Guimarães, 2017, p. 75).

Desde sua primeira designação, como “Centro de Estudos Supletivos de Cáceres”, a escola foi inscrita em um projeto educacional vinculado ao ensino supletivo amplo e genérico, reforçando uma identidade voltada para a educação de segunda oportunidade. Já a introdução do nome “Prof. Milton Marques Curvo” em todas as denominações subsequentes desde 1983 sublinha a significância desta figura na memória coletiva da comunidade escolar e local. Este nome perpetua a memória do professor e confere prestígio e continuidade à instituição.



As mudanças na designação, por sua vez, demonstram as necessidades e as evoluções educacionais, administrativas e sociais que a escola enfrenta e integra. A transição para “Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof. Milton Marques Curvo” amplia a designação para contemplar um público específico, reformulando o sentido da instituição. A última mudança, para “EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo”, ressignifica a escola dentro de uma lógica administrativa e política que enfatiza a eficiência e a padronização das instituições públicas.

O nome e suas variações ao longo do tempo contribuem para a construção e reconstrução da identidade institucional da escola. A adoção de uma sigla oficial (EEDIEB) representa a síntese e consolidação dessa identidade e facilita a comunicação e o reconhecimento tanto internamente quanto externamente.

O memorável na nomeação da escola é um processo contínuo que permite à instituição se adaptar e evoluir com o tempo, enquanto preserva e honra seu passado. As diversas nomeações e renomeações marcam a trajetória da escola, assim como as aspirações e os valores que a instituição busca promover. Essa dinâmica entre o passado e o presente, entre a memória e a inovação, enriquece o significado da escola e garante que ela permaneça relevante e significativa para a comunidade que serve.

Podemos compreender que o memorável na nomeação da EEDIEB “Prof. Milton Marques Curvo é um testemunho



da complexidade e profundidade do processo de nomeação e renomeação. Esse processo envolve as mudanças administrativas e estruturais da escola e a contínua construção e reconstrução de sentidos que preservam a memória histórica da instituição e promove seu desenvolvimento futuro.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise semântico-enunciativa, tornou-se possível compreender como as nomeações, renomeações e designações da escola ao longo do tempo produziram e transformaram sentidos, originando novas denominações carregadas de significados renovados. Em especial, a renomeação para Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica (EEDIEB) “Prof. Milton Marques Curvo” mobilizou sentidos que singularizaram essa nova designação, constituindo um acontecimento enunciativo que inscreveu sua relação histórica e social com o mundo.

As diversas designações que a escola recebeu ao longo dos anos resultam das transformações sociais e culturais que marcam a trajetória da educação em Cáceres, Mato Grosso. Cada nome e cada alteração carrega fragmentos dessa história, os quais preservam a memória de indivíduos e acontecimentos significativos que contribuem para a formação da identidade da instituição.

Um nome não inaugura o sentido em si, mas, num passado recortado no presente da enunciação, ressignifica a sua memória e retoma sentidos a partir de sua história de enunciações. As análises semântico-enunciativas do memorável e dos nomes próprios da escola revelaram que



as nomeações funcionam a partir de um memorável de enunciações.

O estudo do processo de nomeação e renomeação da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton Marques Curvo” (EEDIEB) demonstra a trajetória histórica da instituição e sua constante adaptação às demandas sociais e educacionais. A denominação atual, EEDIEB, sintetiza a missão da escola de oferecer um ensino integral e de qualidade, homenageia um importante educador da região e reafirma o compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos.

Assim, a análise semântico-enunciativa da nomeação e renomeações da escola demonstra como o funcionamento do nome movimentou sentidos que são fundamentais para a construção e reconstrução da identidade institucional. O nome EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo evoca um passado significativo e projeta valores e objetivos que orientam a prática educativa e a interação com a comunidade, que se constitui em um elo entre memória e futuro.

A análise, fundamentada pela Semântica do Acontecimento de Guimarães (2017), permitiu a compreensão do processo de nomeação em si e da importância da linguagem na construção de sentidos. A partir do estudo dos nomes e das designações, vislumbramos a rica tapeçaria de histórias e significados que compuseram a identidade da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica “Prof. Milton



Marques Curvo". Dito de outro modo, a nomeação e as renomeações da Escola Estadual de Desenvolvimento Integral da Educação Básica "Prof. Milton Marques Curvo" demonstram um processo dinâmico e multifacetado de construção de sentido, identidade e história.

Por meio dos conceitos da Semântica do Acontecimento, foi possível compreender que os nomes não são meras etiquetas, mas sim enunciados que significam e se constituem em práticas sociais, históricas e educativas da comunidade de Cáceres. A evolução nominal da escola exemplifica como a linguagem, ao nomear, também narra histórias e valores, consolidando o papel de instituições educativas na tessitura social e cultural.

A nomeação e renomeações da escola representam mais do que simples mudanças de título; elas são manifestações de uma contínua interação entre o passado e o presente, entre a memória e a inovação, que define e redefine a identidade da instituição. A análise semântico-enunciativa permite que compreendamos essa dinâmica e reconheçamos a importância da linguagem na construção da história e da identidade escolar. Dessa forma, o enfoque na memória e na identidade institucional abre caminho para investigações interdisciplinares que envolvem história, sociologia e educação. A compreensão das relações entre linguagem, memória e identidade pode contribuir significativamente para a formulação de políticas educacionais que valorizem e integrem a história e a cultura locais nas práticas de nomeação de instituições públicas.



Portanto, o trabalho realizado forneceu uma base para futuras pesquisas no campo da Semântica do Acontecimento, especialmente no que diz respeito ao estudo de processos de significação e suas implicações para a educação. A continuidade deste estudo poderá explorar outras instituições educacionais em contextos diferentes, observando como as práticas de nomeação e renomeação são mobilizadas por mudanças sociais e culturais em várias regiões.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 15, 09 jun. 2000.

CÁCERES. Lei nº 1.046, de 14 de abril de 1989. Autoriza o Prefeito Municipal de Cáceres, a adquirir, por compra, da Sra. Maria Luiza Mac Leoud, uma área de terreno urbano de sua propriedade, para posterior doação ao centro de estudos supletivos “Profº Milton Marques Curvo” na forma que especifica. **Jornal Correio Cacerense:** Cáceres, MT, 25 abr. 1989.

CHAVES, Otavio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e memória Cáceres.** Cáceres: Editora Unemat, 2011.

FERREIRA, Alessandra de Paula. **A designação na nomeação e renomeação do CES à EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo:** uma perspectiva enunciativa. 2025. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2025. Disponível em: <https://caceres.unemat.br/faculdades/facial/stricto/ppgl/dissertacao-e-tese>. Acesso em: 01 mar. 2025.

FERREIRA, Evaldo. A relação entre cidades-irmãs na faixa de fronteira: o caso de Cáceres-Mato Grosso/Brasil e San Matías-Bolívia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 62, p. 87-103, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/35768/20543>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto:** procedimentos, análises, ensino. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica:** enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 26, n. 51, p. 116-134, 2023. DOI: 10.20396/lil.v26i51.8671816. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816>. Acesso em: 08 out. 2023.

LARA, Francineli C. et al. Nomes em línguas indígenas: a construção da identidade nativa do ser mato-grossense. In: PRIA,

Albano Dala; GUIMARÃES, Eduardo; DIAS, Luiz Francisco; KARIM, Taisir Mahmudo (org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase II). Campinas: Pontes, 2018. p. 153-178.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.102, de 08 de junho de 1981. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 8, 09 jun. 1981a.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.147, de 29 de junho de 1981. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 6-7, 29 jun. 1981b.

MATO GROSSO. Decreto nº 3.370, de 13 de agosto de 1993. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 1, 13 ago. 1993.

MATO GROSSO. Lei nº 4.575, de 13 de julho de 1983. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 1, 13 jul. 1983.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 049, de 01 de outubro de 1998. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 1-9, 01 out. 1998a.

MATO GROSSO. Lei Complementar nº 050, de 01 de outubro de 1998. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 10-16, 01 out. 1998b.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.826, de 11 de outubro de 2000. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, 11 out. 2000.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.123, de 28 de janeiro de 2008. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, 28 jan. 2008.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.933, de 13 de maio de 2009. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 8, 13 maio 2009.

MATO GROSSO. Decreto nº 792, de 18 de janeiro de 2021. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 7, 19 jan. 2021a.

MATO GROSSO. Decreto nº 857, de 11 de março de 2021. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 9, 12 mar. 2021b.

MATO GROSSO. Portaria GAB/CEE/MT nº 028/2012. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 28-29, 05 nov. 2012.

MATO GROSSO. Resolução CEE/MT nº 180, de 05 de setembro de 2000. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 23-24, 04 out. 2000.

MATO GROSSO. Resolução CEE/MT nº 118, de 20 de abril de 2001. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 7-9, 24 abr. 2001.

MATO GROSSO. Resolução CEE/MT nº 177, de 26 de junho de 2002. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 33, 04 jul. 2002.

MATO GROSSO. Resolução Normativa CEE/MT nº 001. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**: Cuiabá, MT, p. 40-49, 10 mar. 2022.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória cacerense**. Cáceres: Carlini & Caniato, 1998.

ROSA, Adilson. Seduc volta a dizer que não fechará Cejas. **Estadão Mato Grosso**, 05 dez. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/mato-grosso/2020/12/05/seduc-volta-a-dizer-que-nao-fechara-cejas-1.1033110>.



estadaomatogrosso.com.br/cidades/seduc-volta-a-dizer-que-nao-fechara-cejas/18983. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS, Edineia Natalino da Silva. **O fenômeno do “rejuvenescimento” dos sujeitos da educação de jovens e adultos e os desafios para organização do trabalho pedagógico**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2013. Disponível em: [https://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2013/edineia\\_natalino\\_da\\_silva\\_santos.pdf](https://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2013/edineia_natalino_da_silva_santos.pdf). Acesso em: 05 out. 2022.

SZUBRIS, Elisandra Benedita; SILVA, Jane Josefa Camilo da; SERAGLIO, Jucineia; PEDROZA, Karine. Siglonimização das cidades mato-grossenses: Brasnorte; Colíder; Colniza; Confresa; Sinop e Cotriguaçu. In: PRIA, Albano Dalla; GUIMARÃES, Eduardo; DIAS, Luiz Francisco; KARIM, Taisir Mahmudo (org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase II). Campinas: Pontes, 2018. p. 117-132.

# ÍNDICE REMISSIVO

## C

cena enunciativa 16, 17, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 105, 106, 107, 108  
CES 15, 19, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 34, 60, 73, 92, 113, 114, 123, 124, 129, 133, 142

## D

designação 12, 16, 20, 66, 77, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 99, 101, 112, 114, 128, 134, 135, 137, 142

## E

educação de jovens e adultos 19, 23, 35, 46, 47, 113, 118, 123, 145  
EEDIEB 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 52, 54, 55, 60, 73, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 103, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 127, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 142

## H

história da escola 14

## M

memória institucional 14

## N

nomeação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 27, 29, 52, 60, 61, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91,

98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 142

## P

política educacional 62, 83, 110, 113, 114, 115, 117

## R

renomeação 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 30, 36, 50, 54, 60, 61, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 132, 136, 137, 138, 140, 142

## S

Semântica do Acontecimento 12, 16, 17, 18, 20, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 77, 85, 86, 90, 94, 95, 101, 112, 132, 138, 139, 140



# SOBRE A AUTORA



## Alessandra de Paula Ferreira

Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2025), especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (2008), e graduação em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2002). Membro do grupo de pesquisa Significar Mato Grosso. É concursada como técnica administrativa educacional pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

*ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-7169-9862>

*Lattes:* <https://lattes.cnpq.br/3032576886158437>

*E-mail:* [alessandraferreira.adv@gmail.com](mailto:alessandraferreira.adv@gmail.com)

A obra analisa os processos de nomeação e renomeação da Escola Estadual *Prof. Milton Marques Curvo*, em Cáceres/MT, com base na teoria da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães. A investigação percorre a trajetória da escola de 1981 a 2021, articulando aspectos históricos, sociais, políticos e educacionais. Os atos de criação, nomeação, renomeação e siglonimização são tratados como acontecimentos de linguagem que produzem sentidos e constroem identidades. A linguagem é tomada como prática social e simbólica que inscreve a escola em diferentes temporalidades. São mobilizados conceitos como designação, cena enunciativa, memorável e siglonimização, evidenciando como cada nome não apenas identifica, mas significa, ressignifica e projeta o dizer institucional.

ESCOLA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
INTEGRAL DA INFACULDADE  
PROFESSOR MILTON MARQUES CURVO

